

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE COMUNICAÇÃO – HABILITAÇÃO JORNALISMO**

**Camila Mozzini**

**JORNALISMO, FRAGMENTAÇÃO E COMPLEXIDADE:  
Uma revisão teórica**

Porto Alegre – RS

2010

**CAMILA MOZZINI**

# **JORNALISMO, FRAGMENTAÇÃO E COMPLEXIDADE:**

**Uma revisão teórica**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação – habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ana Taís Martins Portanova Barros

Porto Alegre

2010

## AGRADECIMENTOS

São muitos, imensos.

Agradeço aos poucos professores que, em meio ao enclausuramento do Jornalismo em instâncias cada vez mais práticas, vão além do técnico e propõem questionamentos profundos acerca da profissão.

Agradeço aos embates que tive ao longo desses cinco anos de curso. Todos eles parecem ter me conduzido para a descoberta de horizontes menos rígidos e, por isso, mais gratificantes.

Agradeço ao percurso da humanidade que, em meio ao caos e ao ordenado, felizmente me levou ao conhecimento da Complexidade que tanto me apaixonei.

Agradeço à Ana Taís que, além de ter me orientado de forma aberta e franca, tornou-se uma companheira para conversas agradáveis, profundas e encorajadoras.

Agradeço aos diversos amigos e às mães, pais, tias, tios postigos e de sangue que me acolheram na ainda hostil Porto Alegre de cinco anos atrás.

Agradeço ao Fábio, não só pelas revisões e sugestões ao longo do percurso, mas também por todo amor e compreensão que me foram dedicados nesses mais de três anos de convivência.

Agradeço ao meu pai e à minha mãe pelo apoio incondicional, em todos os sentidos. Não há nada no mundo que possa expressar o quão maravilhoso é ter pais que acreditam em meus sonhos e projetos mirabolantes. Agradeço também à Talissa e ao Henrique pelo carinho e torcida, à vó Teozene, que sonha em viajar o mundo e reza por mim todas as noites, e à vó Jesus que, certamente, olha-me sorrindo de algum lugar.

Agradeço a Deus, essa coisa maluca sem explicação que me intui ao longo de minha caminhada.

A todos, meu sincero MUITO OBRIGADA!

*O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida; sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático; é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio; é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é consciente da morte, mas não pode crer nela; que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e pelas Ideias, mas que duvida dos deuses e critica as Ideias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras. E quando, na ruptura de controles racionais, culturais, materiais, há confusão entre o objetivo e o subjetivo, entre o real e o imaginário, quando há hegemonia de ilusões, excesso desencadeado, então o Homo demens submete o Homo sapiens e subordina a inteligência racional a serviço de seus monstros.*

Edgar Morin

## RESUMO

O presente estudo busca realizar uma revisão teórica do processo de consolidação do jornalismo brasileiro, relacionando-o à fragmentação do homem e do conhecimento científico. Para tal, analisa-se a aproximação entre o método jornalístico e o proposto pela ciência Moderna, que tem como características a imparcialidade, a objetividade, a busca pela verdade e a separação entre sujeito e objeto. Questionando a consolidação de tal padrão no fazer jornalístico, propõe-se a teoria da Complexidade como possibilidade de arejamento tanto no jornalismo enquanto prática quanto na epistemologia dos diversos campos de conhecimento científico. Assim, busca-se a formulação de concepções menos atrofiadas, que não entendam o homem somente enquanto um ser dotado de razão, mas também de outras esferas que compõem o seu ser e estar no mundo.

**Palavras-chave:** Fragmentação. Ciência. Jornalismo. Teoria da Complexidade.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	7
2	OS PRINCÍPIOS DO JORNALISMO NO BRASIL.....	19
3	A ASCENSÃO DA CONCEPÇÃO CARTESIANA AO JORNALISMO.....	29
4	PARA ALÉM DA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA.....	41
5	UM POUCO DE COMPLEXIDADE À RECEITA .....	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS .....	76

## 1. INTRODUÇÃO



Constantemente se proclama o homem como ‘animal racional’; entretanto, parece que o componente animal desta constituição vem sendo, em alguns momentos, esquecido. De mesas acadêmicas a reuniões estudantis, a visão de mundo que afirma sermos o conhecimento que temos é repetida como se fosse o resultado último das ‘cadeias evolutivas’ presentes na espécie humana. Descartes e Bacon, tidos como pais da concepção cartesiana e objetificadora, respectivamente, não foram os culpados e causadores desta cosmovisão, mas sim exprimiram, em meio às conturbações do século XVII, uma concepção de mundo que há tempos já se conformava enquanto doadora de sentido à vida.

Não se deve censurar a ciência moderna, isto é, pós-cartesiana, pela ideia de uma máquina do mundo e pela ideia relacionada de que a natureza é um material a ser moldado pelo homem. Essa ideia é mais antiga e mais forte do que jamais poderia sê-lo uma doutrina puramente filosófica. A expressão “máquina-mundo” é encontrada em Pseudo-Dionísio Areopagita, um místico de identidade desconhecida que escreveu por volta do ano 500 d.C. e teve tremenda influência. Oresmes, que morreu em 1382 na qualidade de bispo de Lisieux, compara o universo a um imenso relógio mecânico, colocado em movimento por Deus de modo que “todas as engrenagens se movam tão harmoniosamente quanto possível” (FEYERABEND, 2007, p. 332).

Bem antes do nascimento de Cristo, o famoso canto do coral da *Antígona*, de Sófocles, faz uma homenagem à irrupção violenta e violentadora da ordem cósmica e da

natureza. “Numerosas são as maravilhas da natureza, mas de todas a maior é o homem! Singrando os mares espumosos, impelido pelos ventos do sul, ele avança e arrosta as vagas imensas que rugem a redor! [...]” (apud JONAS, 2006, p. 31) Neste canto, uma espécie de ética antropocêntrica se conforma na medida em que o homem se concebe como o astuto artesão que manipula os recursos naturais ao seu redor. A natureza é concebida como uma permanente localidade de auto-regulação, ou seja, um local onde a ética humana não se aplica. O homem tinha na formação da urbe – concebida não como expansão, mas como enclaves, terrenos cercados – a expressão máxima de suas habilidades. Assim, dois mundos se desenrolam como que separadamente: a cidade e a natureza. Esta é vista pelo homem como algo infundável se comparada ao nível da intervenção humana. Isto porque, mesmo se concebendo como grande modificador de seu entorno, o homem se enxergava como um pequeno fragmento frente à imensidão de terras, mares e ares.

Paulatinamente, o homem deixa de se enxergar como criatura – integrante e ao mesmo tempo submetida a uma realidade cósmica e divina – para ser um sujeito, capaz de modificar o que lhe cerca a partir de uma razão que não mais se submete a verdades religiosas. Desse modo, Deus é deslocado para a periferia na medida em que o sujeito racional se torna o centro e medida da existência humana. O auge dessa concepção racional vem com o advento da Modernidade, propagadora do conhecimento ilustrado e enciclopédico que buscava dar conta dos grandes relatos. Desta forma, o enfraquecimento das explicações religiosas, especialmente católicas, reposicionou a fé em Deus na crença de que a razão conduziria a humanidade à solução dos problemas e questões que se apresentavam.

A razão, segundo Morin (2003) persegue uma visão coerente dos fenômenos, das coisas e do universo e, por isso, é eminentemente lógica. Porém, o autor distingue racionalidade e racionalização. A primeira corresponde ao diálogo constante entre o espírito criador de estruturas lógicas e o mundo real, não tendo como pretensão o esgotamento da realidade em um sistema explicativo totalitário. Já a racionalização encerra o real, de forma simplista, em um todo coerente no qual as contradições são desviadas, esquecidas e/ou não consideradas. Ou seja, racionalidade e racionalização têm a mesma origem, mas caminham em direções opostas.



Desta forma, o autor aponta a dificuldade de se estabelecer fronteiras entre a paranoia, forma clássica de racionalização delirante, e as outras duas formas de razão. Tanto é que, no século XVII, filósofos ditos racionais tinham uma concepção “pouco racional” do que eram os mitos e do que era a religião. Assim, acreditavam que “as religiões e deuses tinham sido inventados pelos padres para enganar as pessoas” (MORIN, 2003, p. 103), não dando conta da profundidade e da realidade do poder mitológico e religioso na existência humana. Um exemplo disso era (ou ainda pode ser) a predominância da visão ocidental-cêntrica acerca dos povos originários, tidos como não-civilizados e selvagens. No entanto, cabe ressaltar que:

[...] estas sociedades ditas primitivas têm uma grande racionalidade, difusa em todas as práticas, no seu conhecimento do mundo, difusa e misturada com algo que é a magia, a religião, a crença nos espíritos, etc. Nós próprios, que vivemos numa cultura desenvolvida em certos setores da racionalidade, como a filosofia ou como a ciência, vivemos também impregnados de mitos; impregnados de magia, mas de outro tipo, de outra espécie. Temos, portanto, a necessidade de uma racionalidade autocrítica, de uma racionalidade exercendo um comércio permanente com o mundo empírico, único corretivo ao delírio lógico (MORIN, 2003, p. 105).

Assim, o perigo da racionalização – que se conformou enquanto paradigma com a Modernidade – é quando esta desconsidera a animalidade de nossos instintos, a irracionalidade intrínseca à nossa condição, nossa misteriosa intuição, os sentimentos que provocam estados de ânimo e que interferem em nossas ações e pensamentos. Em meio à predominância do paradigma iluminista desvirtuado ao longo do tempo enquanto forma de organização de nossas mentes e de nossos sistemas de relações, o homem corre o risco de se tornar cada vez mais um ser fragmentado, desconectado do ambiente que o cerca e do cosmo que emana de si mesmo.

No livro *Elogio à Razão Sensível*, Maffesoli (1998) propõe um saber dionisíaco frente ao império da racionalização. Aquele é um saber no qual o caos, a incerteza, o imprevisível, a desordem são integrados em suas contradições<sup>1</sup>. É um saber erótico, que

---

<sup>1</sup> Com o cuidado de não transformar o caos em uma nova “ordem”, o que está em questão é levar em consideração que sem desordem não há criação e inovação, nem mesmo vida terrestre. Do mesmo modo

ama o mundo que descreve desapegando-se dos ideais impositivos e universais para apegar-se ao enraizamento do cotidiano, do presente. O autor esclarece que esta atitude não é fanfarronada e, sim, provém do desejo de que os debates intelectuais ultrapassem as categorias cartesianas como forma de viver e conceber o mundo (MAFFESOLI, 1998, p. 15). Desta maneira, Maffesoli alerta para a necessidade de uma razão aberta na medida em que, após o racionalismo ter sido um eficaz instrumento contra os abusos religiosos, ele se tornou objeto de um “ato de fé, com todas as estreitezas de espírito inerentes à crença” (MAFFESOLI, 1998, 35). Desse modo, Morin (2003) assinala que a verdadeira racionalidade reconhece a irracionalidade e dialoga com o irracionalizável.

Nesse sentido, a partir do século XVII, a ciência foi o palco em que a cosmovisão cartesiana deu seus maiores passos. Desde a era Moderna, a atividade científica se distanciou dos discursos estéticos, religiosos e do senso comum, fazendo com que o conhecimento científico se tornasse um discurso anormal, tendo em vista que não dialoga com os discursos normais que circulam na sociedade e dão sentido às práticas individuais na cotidianidade (SANTOS, 1989). A reflexão sobre os fundamentos, a validade e os limites do conhecimento científico se tornou um dos ramos fundamentais da filosofia do século XVII e, assim, ciência e filosofia, ironicamente, constituíram-se como campos de saberes separados.

Estudioso da História da Ciência e criador do conceito de paradigma em ciência, Kuhn (1989) considera este como as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem tanto problemas quanto soluções modelares para uma comunidade de praticantes científicos. Desta forma, o autor propõe o conceito de ciência normal, entendido como a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas que são reconhecidas em algum período por uma comunidade específica de cientistas, proporcionando os fundamentos para sua prática posterior. Essa forma de pesquisa se conforma “como uma tentativa vigorosa e devotada de forçar a natureza a esquemas conceituais fornecidos pela educação profissional” (KUHN, 1989, p. 24) que frequentemente suprime novidades fundamentais na medida em que estas subvertem os compromissos básicos assumidos com a ciência normal.

---

que nenhuma existência seria possível na pura desordem, pois faltaria a estabilidade que possibilita a organização (MORIN, 2003).

Assim, as áreas de conhecimento investigadas se tornam restritas e direcionam a visão do cientista pois, ao concentrar uma faixa de atenção a determinados problemas, o paradigma força os cientistas a pesquisar alguma parcela da natureza com profundidade e detalhamento.

Nesse sentido, Santos (1989) aponta que existem dois tipos de crise em ciência: a primeira diz respeito às crises de crescimento, que demonstram uma insatisfação com os métodos e conceitos basilares de certa disciplina frente à existência de alternativas viáveis; já a segunda são as crises de degenerescência, que atravessam todas as disciplinas, ainda que não uniformemente, colocando em xeque a própria epistemologia e forma de inteligibilidade do real que um paradigma proporciona, e não somente os instrumentos metodológicos ou conceituais deste.

Assim, o autor assinala que o apogeu da dogmatização da ciência significou também o começo de seu declínio que, conseqüentemente, iniciou um movimento de desdogmatização. Partindo da perspectiva de dupla ruptura epistemológica na ciência, Santos (1989) considera que, enquanto a primeira ruptura diz respeito às perguntas ‘como se faz ciência?’ e ‘para que se quer o senso comum?’, a segunda propõe a pergunta ‘para que se quer a ciência?’<sup>2</sup>. Nesse sentido, a ruptura inicial transforma o conhecimento científico e o senso comum em vetores que apontam em direções opostas, desenvolvendo com afincos métodos e princípios de validade que fossem ao encontro da concepção cartesiana e da crença da objetividade científica. Contudo, a segunda ruptura trouxe a ideia de que o conhecimento científico deve se tornar um senso comum transformado, pois “se as duas formas de conhecimento fossem totalmente distintas, a ciência não podia aspirar transformar-se em senso comum; se fossem idênticas, não podia pretender transformar o senso comum” (SANTOS, 1989, p. 50).

No entanto, mesmo com a abertura para uma segunda ruptura epistemológica, a atividade científica ainda vive tempos de fragmentação na qual, em meio à era da especialização, cada vez mais áreas e linhas epistemológicas isolam-se e rivalizam-se umas com as outras. O próprio Descartes sustentava que o conhecimento era similar à

---

<sup>2</sup> Esta pergunta clássica está pintada em diversos muros da UFRGS na seguinte forma: “Pra que(m) serve teu conhecimento?”, ainda que, provavelmente, sua conotação não seja exatamente a proposta por Boaventura de Souza Santos.

estrutura de um prédio, onde cada andar é separado do outro, e onde o anterior sustenta o próximo. Assim, a concepção de ciência, mesmo após o passar do período em que vigoravam fortemente os princípios positivistas (século XIX à primeira metade do XX), continua a prezar por características como a objetividade, o rigor metodológico, a isenção na relação entre sujeito e objeto e a exclusão de assuntos que desmontam a noção de homem racional.

Para Feyerabend (2007), a ideia de um método composto por princípios firmes, imutáveis e obrigatórios para conduzir a pesquisa científica entra em dificuldade quando se confronta com a pesquisa histórica. Isto porque não há uma única regra, ainda que plausível e solidamente amparada epistemologicamente, que em algum momento não seja violada. “Fica evidente que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ser evitada. Pelo contrário, vemos que são necessárias para o progresso” (FEYERABEND, 2007, p. 37). Louvando-se as exceções, a regra geral propõe a necessidade de se ‘provar’ algo por meio de métodos específicos e rígidos que não revelam muito mais do que já se sabe, além de insistir na concepção de uma espécie de razão pura como bússola para o conhecimento.

Propor o cientista como um ser sem intuições, teimosias, irracionalidades, a-racionalidades e capaz de ser imparcial é uma forma um tanto ingênua de entender o homem e suas circunstâncias sociais. A própria substituição da teoria geocêntrica, de Ptolomeu, apoiada e defendida mais tarde pela Igreja Católica, pela heliocêntrica, de Copérnico, foi desenvolvida por Galileu contando não só com argumentos, mas também com ferramentas propaganda, intuição e truques psicológicos pois, de início, o telescópio utilizado por Galileu era um instrumento de baixíssima confiabilidade (FEYERABEND, 2007). O desenvolvimento da ciência não se identifica com uma trajetória racional, mas sim corresponde a um “processo instável de desracionalizações e re-racionalizações, constituindo as aventuras da racionalidade nas terras desconhecidas e obscuras do real” (MORIN, 2003, p. 165). Se não fosse a ocorrência destes misteriosos *insights*, várias descobertas científicas não teriam ocorrido ao longo da história.

A atividade jornalística, em meio à supervalorização da razão<sup>3</sup>, não poderia estar imune aos efeitos provocados pela visão fragmentalista da ciência. Mergulhada em uma concepção cartesiana – como veremos mais adiante – de transmissão de informação, o jornalismo sofre com a incapacidade de produzir notícias que tragam a complexidade das questões que envolvem determinado fato. Em meio à rotina das redações jornalísticas, o tempo e a velocidade parecem engolir os profissionais envolvidos, tornando como prioridade a cobertura desconexa e supostamente objetiva de determinadas versões dos fatos.

A divisão das notícias em editoriais é também uma das formas de fragmentação da realidade social e do próprio cotidiano jornalístico. Assim, o jornalista tenta acompanhar a velocidade das possibilidades tecnológicas a fim de abarcar todo o tempo presente sem dar-se conta da impossibilidade de tal evento e de como essa prática o torna um sujeito tecnificado ou quase robótico. Exemplo desta situação são os últimos seis meses nos quais, quase que diariamente, notícias sobre tragédias ambientais no Brasil e no mundo ocupam as manchetes de jornais online, impressos, radiojornais e telejornais. A presença de uma abordagem factual, limitando-se a informar onde aconteceu o fato, o que aconteceu, quantas pessoas morreram e qual a previsão do tempo para a área é a mais comum, ignorando-se questionamentos sobre o nosso padrão de consumo e sobre a interferência do homem no meio ambiente, como se esses fatores não estivessem relacionados e conectados.

Contudo, se os meios de comunicação se propõem a comunicar, como veremos mais adiante, é necessário que seja realizado um esforço para além do informativo. Nesse processo, não vestir a máscara da tão propagada objetividade jornalística é o início de um processo de não-hierarquização entre sujeito – o jornalista – e objeto – os acontecimentos e fontes em pauta<sup>4</sup>. Seguindo nesta direção, não há uma verdade a ser

---

<sup>3</sup> É interessante notar o quanto de ‘não-razão’ o jornalismo utiliza com o apelo cada vez maior às emoções, sensacionalismos, tragédias e bizarro. O interesse humano pelo grotesco e o método cartesiano jornalístico não são tão excludentes ou contraditórios quanto se imagina, ainda que o sensacionalismo – enquanto forma e conteúdo – na mídia constitua um longo parêntese cheio de variáveis.

<sup>4</sup> A pergunta a ser feita é: quem tem coragem de assumir a parcialidade em meio a uma sociedade que se esconde do caos e do subjetivo, onde a educação continua a seguir o modelo francês do século XVI e, desta forma, praticamente não se renova, perpetuando o modelo do aluno ‘sentado, quieto e decorador’?

extraída dos fatos ou do entrevistado, mas sim um ponto de vista que busca retratar o cotidiano por meio de uma relação em que as subjetividades de entrevistador, entrevistado e público convergem na formação de uma interação social criadora (MEDINA, 2002), na qual as partes constituintes desta relação saem modificadas pelo vivido.

Nesse sentido, a teoria da Complexidade é também uma balizadora da discussão sobre a fragmentação jornalística. Tendo em vista que o pensamento complexo é, segundo Morin (2003), um desafio antes de uma resposta, ele comporta a imperfeição e a incerteza na medida em que tem necessariamente como princípios a distinção, a conjunção e a implicação. Entretanto, complexidade não deve ser confundida com completude na medida em que “a consciência da complexidade faz-nos compreender que não poderemos nunca escapar à incerteza e que não poderemos nunca ter um saber total” (MORIN, 2003, p. 100). Na busca por um pensamento o menos mutilador possível, o autor propõe a complexidade não como sinônimo de complicação, mas sim como:

[...] a união dos processos de simplificação que são a seleção, a hierarquização, a separação, a redução, com outros processos que são a comunicação, que são a articulação do que está dissociado e distinguido; e é o escapar à alternativa entre o pensamento redutor que só vê os elementos e o pensamento globalista que apenas vê o todo (MORIN, 2003, p. 148).

Desta forma, a partir do pensamento complexo, os pilares fundantes da atividade jornalística tais como a imparcialidade, a objetividade e a busca pela verdade podem ser questionados não com o intuito de que sejam substituídos pelo ‘paradigma da complexidade’, tendo em vista que esta não se propõe a suprimir o que já existe, mas sim deixar claro a insuficiência do modelo noticiário que predomina na grande mídia, o qual tem maior visibilidade perante o público.

Provavelmente, minha propensão a estudar a fragmentação do homem e da ciência e a relação destes com a atual produção jornalística iniciou-se com o fato de

---

Parece que buscamos uma espécie de segurança na imparcialidade, na ilusão de que esta nos livra de enfrentarmos a impossibilidade da perfeição humana.

sentir-me ‘deslocada’. Deslocada por não acreditar nem estar conformada com a fórmula jornalística propagada pelos meios de comunicação da grande mídia que, com raras exceções, prezam pelo factual sem muito aprofundamento através de uma pretensa cobertura imparcial. Em geral, estudantes e jornalistas formados, estão cientes de que esta objetividade não existe, é apenas uma reminiscência do padrão positivista de ciência que se aplicou ao jornalismo brasileiro, seguidor do modelo estadunidense.

Outra variável de deslocamento é não me vislumbrar em nenhuma corrente epistemológica que pretenda se fechar em si mesma e proclamar a razão como mestra e regente da orquestra da vida, composta pelos mais diversos e improváveis sons. Até porque a própria ciência não lida com uma razão pura, intocada e objetiva, pois quem a realiza são seres tão humanos quanto quaisquer outros e, por isso, passíveis de todas e quaisquer benesses – e mazelas. Nesse sentido, procurarei contribuir para quebrar barreiras e muros acadêmicos que se constroem em torno de linhas epistemológicas fechadas e gerar questionamentos sobre a própria prática acadêmica, que se propõe como palco último do conhecimento por meio de vias que já estão fadadas a perpetuar a fragmentação humana. Desta forma, a fragmentada situação do jornalismo enquanto forma de ‘mediação’ da realidade não pode ser isolada de seu contexto maior, que diz respeito à própria fragmentação do homem enquanto ser racional, fazendo com que outras formas de conhecimento e sensibilidade fiquem à margem de um padrão que tende a enfatizar a razão em detrimento da intuição, do senso comum, dos instintos animais, da afetividade e espiritualidade.

Assim, este trabalho pretende analisar as discrepâncias protagonizadas pela atividade jornalística na medida em que esta propõe um fazer objetivo a seres subjetivos e um saber verdadeiro a realidades que não podem ser totalizadas. Estes diversos fatores de meu deslocamento estão relacionados com um não concordar com os padrões de formatação e de educação dos seres humanos enquanto seres racionais que tratam a sua própria afetividade como algo menor ou que deve continuamente estar submetido à razão. Talvez este problema tenha iniciado no momento em que se convencionou que “se sente com o coração e se pensa com o cérebro”, quando, na verdade, não existem fronteiras seguras que separem o pensar do sentir.

Mesmo ciente de que a prática não pode ser encerrada conceitualmente, tendo em vista a incomensurabilidade do cotidiano em sistemas teóricos e a não

correspondência entre teoria e fatos, razão e prática não constituem entidades de espécies diferentes, mas sim dois tipos diferentes de práticas. A partir deste ponto de vista, estas duas instâncias não formam blocos cujas constituições internas são opostas ou incompatíveis, mas sim entidades que partem – ou deveriam partir – de inter-relações firmadas com o mundo externo nas quais se processa um contínuo processo dialético (FEYERABEND, 2007).

Dessa forma, o presente estudo tem como problema de pesquisa questionamentos que provocam perguntas como: a) qual a relação entre ser humano, ciência e jornalismo no que diz respeito à fragmentação?; b) como essa fragmentação se manifesta ao longo da história do jornalismo?; e c) quais as alternativas possíveis para a construção de outra concepção jornalística? A questão central desta pesquisa tem como hipótese a relação entre a cosmovisão eminentemente racional e, portanto, fragmentadora do homem e a manifestação desta racionalidade excludente da complexidade humana na ciência e na atividade jornalística.

Reconhecendo a importância da racionalidade como parte integrante do homem – e não como o centro direcional do ser humano – buscarei, ao longo do trabalho, não diminuir a razão enquanto forma de acesso ao conhecimento, mas sim alertar para que esta não seja a única a dar sentido à existência humana e ao próprio jornalismo. Assim, relacionar fragmentação e complexidade a partir de uma análise histórica e filosófica da constituição do Jornalismo tanto enquanto área do conhecimento quanto prática profissional constitui o objetivo geral deste trabalho. Nesse sentido, abordar a supervalorização da razão na sociedade contemporânea, relacionar a fragmentação do homem e da ciência e os padrões jornalísticos e, a partir da Teoria da Complexidade, propor outros modelos de conhecimento e prática que aceitem o homem em sua globalidade são os objetivos específicos desta empreitada.

Desta maneira, este trabalho se propõe a revisar teoricamente a prática e a epistemologia jornalística. E esta não é uma escolha metodológica aleatória: na tentativa de não ser acorrentada por métodos mais estreitos, a revisão teórica possibilita a união entre referências bibliográficas e subjetividade do autor na medida em que não tem a necessidade premente de provar empiricamente, como ocorre nos moldes clássicos. Segundo Luna (1999), o objetivo deste tipo de trabalho é descrever o estado atual de uma determinada área de pesquisa, trazendo ao estudo informações como o que já se



sabe, quais as lacunas, quais os principais entraves teóricos e/ou metodológicos. O autor aponta que a revisão teórica é uma “excelente fonte de atualização para pesquisadores fora da área na qual se realiza o estudo, na medida em que condensam os pontos importantes do problema em questão” (LUNA, 1999, p. 83). Nesse sentido, para se realizar uma revisão teórica é necessário despertar e desenvolver um olhar contemplativo acerca do entorno tendo em vista que, a partir da prática, será feito um esforço de elaboração – e não de sistematização totalizante – do processo de fragmentação que permeia a atividade jornalística e o próprio ser humano.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental no desenrolar deste estudo tendo em vista que, além de propiciar uma abertura de horizontes de estudo, permite também a cobertura de uma ampla gama de fenômenos, muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008). Segundo o autor, parte dos estudos exploratórios também podem ser definidos como pesquisa bibliográfica, e a vantagem desta opção metodológica se torna importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Para Stumpf (2006), a pesquisa bibliográfica, em sentido restrito, compreende um conjunto de procedimentos que busca identificar informações bibliográficas, selecionando os documentos pertinentes ao tema estudado e procedendo ao fichamento das respectivas referências e dados para posterior utilização. No entanto, esta forma de pesquisa pode ser adotada em diversas situações:

Por vezes, trata-se da única técnica na elaboração de um trabalho acadêmico, como na apresentação de um trabalho no final de uma disciplina, mas pode também ser a etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos, quando seu produto recebe a denominação Referencial Teórico, Revisão de Literatura ou similar (STUMPF, 2006, p. 51).

Assim, esta reflexão será desenvolvida ao longo de seis capítulos. Relacionando forma e conteúdo para a construção de um texto que não fragmente os capítulos, optei por não utilizar subitens nem intertítulos no decorrer do percurso. Assim, no segundo capítulo será realizado um resgate histórico do desenvolvimento do jornalismo no Brasil, apontando tendências em relação à fragmentação jornalística. No capítulo seguinte, será abordada a concepção cartesiana e sua ascensão no fazer jornalístico. Já no próximo, buscar-se-á trazer a proposta do diálogo não-autoritário entre entrevistador,

entrevistado e público, além de outras propostas de rompem com o modelo da objetividade jornalística. O cruzamento entre as contribuições da teoria da Complexidade e a proposta de outros caminhos ao jornalismo serão abordadas no quinto capítulo. Por fim, serão apresentadas as considerações finais acerca da pesquisa e dos questionamentos realizados nos capítulos anteriores. O esforço teórico de relacionar a prática e a teoria a fim de questionar o modelo vigente e construir outras possibilidades à prática jornalística é o motor desta empreitada.

## 2. OS PRINCÍPIOS DO JORNALISMO NO BRASIL



Tendo em vista a familiaridade com o assunto e com a bibliografia disponível, o recorte deste capítulo – e da monografia em si – está direcionado à configuração do jornalismo no Brasil. No entanto, o recorte temático não desconsidera o contexto mundial da época na medida em que o desenrolar da história da imprensa brasileira dificilmente se desconecta dos acontecimentos mundo afora, principalmente com os que se passavam na esfera europeia, que se conformava como centro irradiador da cosmovisão iluminista que propagou a razão como forma privilegiada de ascender ao conhecimento.

Nesse sentido, as práticas de uma emergente imprensa no continente europeu já se manifestavam tanto através da oralidade quanto de manuscritos muito antes do século XV. Segundo Bahia (1971), o jornalismo surgiu para realizar uma função que não está distante da escrita manuscrita expressa em cartas, pois o jornalismo escrito foi o que antecedeu o impresso. Contudo, a prensa gráfica criada por Johann Gutenberg de Mainz, em 1450, causou uma revolução na época, apesar das técnicas de impressão já serem praticadas na China e no Japão desde o século VIII. O surgimento de jornais no século XVII aumentou a ansiedade sobre os efeitos desta nova tecnologia. Com a multiplicação dos livros, as bibliotecas tiveram que ser ampliadas e os bibliotecários enfrentavam o problema de manter os catálogos atualizados e se inteirar sobre as novas publicações. Porém, falar de impressão gráfica como agente de mudança é dar muita ênfase ao meio técnico em detrimento de escritores, impressores e leitores que usaram a

nova tecnologia (BRIGGS & BURKE, 2004). Talvez seja mais realista ver esta técnica como catalisadora, mais se inter-relacionando com as mudanças sociais e culturais do que as originando.

Em meio à valorização do conhecimento enciclopédico, Briggs e Burke (2004), assinalam que a impressão gráfica facilitou a acumulação de conhecimento por difundir mais amplamente as descobertas provenientes das investidas comerciais e científicas da época. Por outro lado, esta tecnologia desestabilizou o conhecimento ou o que era entendido como tal, pois os leitores poderiam encontrar com menor dificuldade histórias e interpretações conflitantes. Os materiais impressos, confiáveis ou não, tornaram-se muito importantes na vida diária dada a sua capacidade de penetração, com a difusão de livros, panfletos e jornais.

Neste contexto, as diferentes formas de comunicação contribuíram de forma diversa para a divulgação dos eventos e convulsões sociais da época, modificando também o próprio sistema de mídia. Porém, esta modificação não se deu linearmente de uma expansão da participação política refletida no crescente e amplo acesso a notícias; no término da censura e na evolução da liberdade política; no movimento do Antigo Regime para um regime democrático. Ao contrário, a história é descrita como ziguezagues regionais, com momentos particulares nos quais o acesso à informação tornou-se menor, e não mais amplo.

Dessa forma, tem-se que o surgimento da imprensa no Brasil se deu com a vinda da Corte Real Portuguesa, que fugia das invasões napoleônicas. Em 1808, a família real trouxe consigo a tecnologia necessária para que houvesse a implantação da imprensa. Foi lançado, então, a *Gazeta do Rio de Janeiro* que, fazendo referência simbólica ao poder, era porta-voz dos relatos oficiais do império português (MEDINA, 1988).

Até então, a administração colonial impedia a tipografia e o jornalismo no Brasil. No entanto, isso não evita que a arte gráfica funcione clandestinamente, como aconteceu em Pernambuco, em 1706, e no Rio de Janeiro, em 1746 (BAHIA, 1990). O autor assinala que são razões de Estado, como garantir o colonialismo, conservar o controle de seus interesses econômicos e políticos e deter as aspirações à liberdade, e não de outra natureza que fazem com que Portugal mantenha a proibição da imprensa. Contudo, a situação em grande parte da América é outra, visto que, no México, já havia tipografia desde 1533 e no Peru, desde 1584:

O Brasil, é claro, não pode esperar pela instalação oficial da imprensa e desenvolve, pelos meios de que dispõe, formas de difusão de ideias e de notícias, como fazem Gregório de Matos, em fins do século XVIII, e todos os outros aprendizes culminando, no século XIX, com os panfletos e o jornalismo convencional (BAHIA, 1990, p. 21).

Oficialmente, o jornal *Correio Braziliense* (1808 - 1822), de Hipólito da Costa, é tido como o primeiro jornal brasileiro. Impresso na Inglaterra e com circulação no Brasil, a publicação expressava os ideais de Hipólito<sup>5</sup>. Diferentemente da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal propunha a divisão em editorias mais específicas para segmentar os conteúdos em seções de política, comércio e artes, literatura e ciências, ciências e miscelânea, além de subseções para correspondências e reflexões. Contudo, o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal feito na Europa a ser lido regularmente no Brasil pois, desde 1778, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* circulava na América Portuguesa, assim como as mais de quinze publicações impressas em Portugal que circularam durante o governo do marquês de Pombal (MOREL, 2003). A diferença, porém, é que Hipólito não estava aliado à imprensa oficial portuguesa.

Neste início, a temática brasileira e a literatura tiveram pouco espaço nos periódicos, tendo em vista que os temas políticos internacionais eram predominantes (MOREL, 2003). Contudo, após a Independência (1822), passou-se a buscar uma identidade nacional brasileira, expressa com os autores do Romantismo. Nesse período, a literatura ganhou cada vez mais prestígio, tornando-se um poderoso fator de distinção social, ao mesmo tempo em que não era compatível com determinadas atividades profissionais, como a médica, por exemplo. Jornalismo e literatura ainda não tinham uma divisória demarcada como na atual imprensa, desta forma, o folhetim, que designava o largo rodapé da primeira página do jornal ocupado por piadas, charadas, receitas, novidades, historietas e cartas, foi um dos fatores responsáveis pelo aumento significativo das tiragens e números de jornais:

---

<sup>5</sup> Segundo Bahia (1990), Hipólito da Costa buscava transmitir ao povo brasileiro, através do jornal, os ideais liberais da época, tais como a monarquia constitucional, a liberdade de opinião, a abolição da escravatura, a defesa da imigração, a criação de júri popular, a instituição da universidade, a mudança da capital para a região central e a independência do Brasil.

O espaço dos rodapés sofreu transmutações sucessivas até que passou a comportar trechos de uma narrativa fatiada, obra publicada aos pedaços, em progresso, fazendo com que o leitor, instigado pela curiosidade e pelo suspense das histórias, adquirisse diariamente o jornal (MOREL, 2003, p. 55).

Não existia ainda a publicidade propriamente dita na medida em que anúncios e classificados se misturavam na seção “Avisos” (MOREL, 2003, p. 83). Como também não havia regulamentação acerca do direito autoral, os originais eram publicados sem que o autor autorizasse ou fosse remunerado por isso. Desta maneira, os jornais e revistas se conformaram como suporte ideal para o exercício dos gêneros literários da época tendo em vista o alto custo de publicação de um livro.

Em meio a esse contexto, o público feminino teve um papel fundamental para o desenvolvimento da literatura romântica e da própria imprensa: as mulheres tanto liam os folhetins publicados em jornais como escreviam seus textos, mesmo que enfrentando preconceitos e limitações pela sociedade patriarcal do século XIX<sup>6</sup>. Os escritores, percebendo a força crescente do público feminino, passaram a dirigir seus textos a elas. Além disso, os primeiros manifestos femininos reivindicando maior participação na vida pública e direitos de cidadania foram publicados na imprensa brasileira em 1823, no jornal republicano *Sentinella da Liberdade*, do radical Cipriano Barata (MOREL, 2003).

Na época, assinar um jornal em um período em que a imprensa não era regular significava partilhar as ideias de determinado jornal e apoiar publicamente esta posição, o que poderia gerar problemas e censura se o periódico em questão fosse contra o governo. Desse modo, emerge a figura pública do jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro, homem de letras que se incumbia de uma missão política e pedagógica. “É o tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates, que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações” (MOREL, 2003, p. 15). A atividade jornalística levou décadas para ser regulamentada tendo em vista

---

<sup>6</sup> Segundo Morel (2003), a maioria das mulheres, até 1830, eram analfabetas. Porém, ainda que tal ato incomodasse alguns gazeteiros, era muito comum na época as leituras coletivas em locais público como livrarias e tendas de comércio, ou até mesmo em reuniões na casa de conhecidos.

que, em seu início, os mais diversos profissionais poderiam exercer o papel de redator. Morel (2003) assinala que mesmo após a imprensa ter se consolidado como empresa, por um bom tempo aqueles que trabalhavam nas redações eram profissionais sem formação acadêmica específica, fato que incomodou a João Paulo Alberto Coelho Barreto, mais conhecido como João do Rio, que prescrevia que:

Para ser jornalista em qualquer parte do mundo civilizado, é preciso ter vocação e prática. Já se dispensa o bom senso, como se dispensa o estilo e a impertinente gramática. Aqui não há estilo, não há gramática, não há prática, não há bom senso, não há vocação. Um pequeno estudante, naturalmente poeta, tem crise monetária. A revisão incomoda-o. É difícil emendar o que os outros escrevem, quando não se tem absoluta certeza. O povoamento do solo já não tem empregos, nem para os mineiros. Que fazer? Um pequeno estudante arranja um empenho político e amanhece repórter. Um cidadão qualquer fracassou em todas as profissões, quebrou, foi posto fora de um clube de jogo. Que faz? É jornalista. Aquele moço bonito, cuja bolsa parca só se compara à opulência de vontade de frequentar as rodas chiques, vê-se à beira do abismo? Não há hesitações. Faz-se jornalista. O idiota que quer gastar dinheiro, o industrial esperto, o político com apetites de chefe, estão em crise? Surge imediatamente o jornal para lançá-los, lançado por eles (BARRETO apud MEDINA, 1988, p. 57).

Nesse contexto, Morel (2003) aponta que os jornais eram dirigidos a duas categorias de público leitor: os leitores ativos e os leitores passivos<sup>7</sup>. Os periódicos que prezavam pelos primeiros dialogavam com os membros da República das Letras, buscando a integração destes com os grupos dirigentes. Desta forma, desejava-se um público ilustrado e poderoso, constituído por sábios e homens de posse que fossem capazes de formar um grupo influente e privilegiado. Já o público passivo era considerado como fora da República das letras e de grupos de poder, eram rudes, iletrados e pobres. Nesse sentido, os periódicos que se dirigiam a este público assumiam uma missão pedagógica e civilizadora, com o fim de integrar esta parcela da população ao trabalho e à cidadania de forma útil. Alguns homens de letras também buscavam no

---

<sup>7</sup> Parece que essa divisão ainda persiste no jornalismo brasileiro. Há uma grande diferença de temas e formato nos periódicos destinados a um público mais elitizado, como o que lê o jornal Zero Hora, e o público do Diário Gaúcho, ainda que, neste último, a preocupação em ‘civilizar’ os leitores não seja muito relevante.

público passivo um instrumento de mobilização política e a formação de blocos históricos.

Imersa na concepção iluminista europeia, a opinião pública no Brasil se instaura no momento da criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas divergiam do governo. Segundo Morel (2003), entre os anos de 1820 e 1821 se conforma o momento crucial para a emergência deste contexto. Desta forma, a opinião pública é consensuada em duas formas preponderantes: como opinião da maioria ou como “rainha do mundo” (MOREL, 2003, p. 31). Esta última faz menção ao fato de se considerar a opinião como um produto simbólico que detém força moral e jurídica, soberana no reino da razão e defendida pelos homens de letras:

Razão e moderação: os liberalismos políticos se afirmavam no início do século XIX como reação e resposta aos princípios revolucionários, que, desde fins do século XVIII, eram a referência central das discussões políticas (MOREL, 2003, 29).

Já a outra concepção, coletiva e normativa, traz em seu significado a identificação com a vontade da maioria, independente da supremacia da razão, a partir das práticas de sociabilidade e reuniões para decidir o bem comum. “São ingredientes de um discurso igualitário ou mesmo jacobino, identificados à defesa da chamada *soberania popular*” (MOREL, 2003, p. 31). Desta forma, uma opinião não era mais rainha, mas sim a demonstração da vontade da maior parte dos integrantes de uma sociedade. Entretanto o autor assinala que esta dualidade não expressava a amplitude do conceito de opinião pública e suas nuances, pois nem sempre existiam partidários rígidos de uma ou outra concepção.

Assim, a constituição da imprensa no Brasil se conformou em um contexto de consolidação do paradigma cartesiano e, mesmo que, inicialmente, características como objetividade e imparcialidade não sejam balizadoras da linguagem nos jornais, a opinião era entendida tanto como expressão racional quanto forma de instrução do público não letrado. Grande parte dos jornais do século XIX, desta forma, nascem movidos pela força política e engajados a causas partidárias. Principalmente após a eliminação da censura prévia, em 1821, os periódicos passaram a assumir posições políticas e ideológicas independentes do poder central e que, muitas vezes, descambavam para a agressividade de tal forma que, segundo Medina (1988), a imprensa politicamente



militante era um mero reflexo de uma situação efervescente na medida em que o interesse principal dos jornais era, antes de informar, formar opiniões. Diferentemente dos jornais contemporâneos, nessa época se percebiam claramente as divisões entre jornais republicanos, conservadores ou mesmo conciliadores. Isto porque o atual modelo da objetividade jornalística ainda não dotava sentido hegemônico às publicações do período. Para Morel (2003), tratava-se de uma imprensa artesanal, que se utilizava de rudimentares prensas tipográficas e que se dividia entre a recém chegada liberdade de expressão e os limites do controle econômico e do Estado:

[...] os jornais eram mais doutrinários que informativos, redigidos por uma só pessoa, vinculados a uma liderança ou facção política, com linguagem veemente, formato pequeno e periodicidade irregular (quando muito, três vezes por semana), sendo comum o aparecimento de títulos efêmeros, às vezes com apenas um número (MOREL, 2003, p. 47).

Entretanto, Bahia (1990) aponta a existência de uma outra imprensa que se situa entre o oficialismo da *Gazeta do Rio de Janeiro* e a combatividade do *Correio Brasiliense*. Prezando pelo modelo do jornal independente, diversos periódicos como *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil* se identificam com a expansão comercial exemplificada pelo modelo estadunidense, e não tanto com o engajamento partidário à imagem europeia. Conjectura esta possibilitada pela aliança da burguesia ascendente nas cidades com a aristocracia rural. Desta forma, o jornalismo vivenciava uma ambiguidade entre a presença explícita ou não da opinião, pois ainda não existia um modelo triunfante. Entretanto, os periódicos de tribuna expressavam a opinião como um produto da razão humana que, ao mesmo tempo, se alimentava e se relacionava com a linguagem e o humor do senso comum.

No período da Monarquia (1822 a 1831), há uma proliferação de jornais e de leitores. Surgem as primeiras faculdades – de investimento estatal – e os colégios – religiosos. Paulatinamente, estabelece-se uma ruptura com a dominação portuguesa e o nascimento de uma consciência política menos dependente de Portugal. Exemplo disso é a ocupação de cargos públicos por brasileiros. Já durante a Regência (1831 a 1840), surgem os anarquistas, as teses filosóficas liberais e, finalmente, o sentimento republicano. O embate ferrenho pelo poder travado entre liberais e conservadores

refletia-se na imprensa da época, que teve uma explosão de crescimento nos anos 1831-1833. Contudo, a partir de 1834, o número de periódicos é drasticamente reduzido devido ao fato do governo imperial implantar uma legislação controladora para deter a expansão de jornais. Atos de repressão como ameaças, prisões e até assassinatos de redatores também foram realizados (MOREL, 2003). O Segundo Império (1840 – 1889) é, segundo Bahia (1990), caracterizado por ampla liberdade de imprensa. Diversas publicações contam com a presença de Machado de Assis como revisor e apresentam alguns ensaios de caricatura. Contudo, a eclosão e a vitória na Guerra do Paraguai (1864 – 1870) arrefeceu o debate sobre a escravidão, pois a maioria dos soldados eram negros escravos que saíam como vencedores no conflito.

Morel (2003) aponta que em meio a uma sociedade escravista, as relações entre jornais, elites e escravos tinham grande interdependência. Em geral, os jornais das cidades e capitais publicavam discursos em defesa da escravidão, inclusive discursos pseudocientíficos que justificassem o racismo. No entanto, alguns desses jornais abriam espaço aos protestos abolicionistas, principalmente quando a campanha contra a escravidão e a crise deste modelo se expandiram. No entanto,

[...] o escravo aparecia marcando o papel da imprensa como valor de troca, que estreitava os laços de boa parcela das elites culturais, formadoras de opinião, com a escravidão e com os poderes governamentais. Escravos e jornais tinham em comum a condição de mercadoria, mas não se limitavam a esse aspecto. Ou seja, eram mercadorias complexas, cuja reação nem sempre era previsível (MOREL, 2003, p. 95).

Mesmo as tiragens restritas, o alto nível de analfabetismo e o predomínio do escravo tratado como mercadoria não anulavam a possibilidade de um escravo pago poder ser alfabetizado e comprar um jornal com seu soldo<sup>8</sup>. Isto porque “os cativos eram não apenas objetos ou tinham suas vidas influenciadas pelos impressos, mas também deixavam suas marcas na imprensa” (MOREL, 2003, p. 98). Dessa forma, o autor classifica em dois momentos a posição das elites culturais em relação ao tema. No

---

<sup>8</sup> Morel (2003) assinala que nos anos 1820 um escravo de ganho recebia aproximadamente 80 réis como pagamento diário de trabalho, valor que, frente ao preço dos jornais, que custavam entre 40 e 80 réis, pode vir a quebrar a ideia comum de que a presença negra era homogênea.

primeiro, entre 1808 e fins da década de 1870, predomina o silêncio diante da escravidão, com apenas algumas vozes a favor da emancipação do negro, mas sem consequências práticas. Já a partir de 1880, surgem os periódicos engajados a causa abolicionista os quais, em meio ao contexto de crise da sociedade escravista, ajudam a promover uma mudança no modelo vigente.

Até meados de 1870, pouquíssimas ilustrações eram publicadas nos jornais. No Brasil do século XIX, a fruição da imagem era prazer de poucos. “Obras de arte, quadros e pinturas encontravam-se nas mansões, e o acesso aos raros e preciosos livros ilustrados era restrito” (MOREL, 2003, p. 66). O autor aponta que os desenhos feitos a partir de fotografias desempenharam um papel meramente ilustrativo tendo em vista que não contavam uma história. Em 1860, foi fundado o primeiro periódico humorístico ilustrado. Chamado de *Semana Ilustrada*, teve grande popularidade e durou dezesseis anos. A Guerra do Paraguai foi um dos temas que impulsionaram a publicação de ilustrações, charges e fotos, porém estas últimas apareciam em pequena quantidade tendo em vista as dificuldades técnicas de reprodução já que ainda se utilizava o método litográfico.

Em 1876, nasce o periódico satírico de maior popularidade no século XIX, a *Revista Ilustrada*. Ângelo Agostini, fundador da publicação, criticava o governo central com suas ilustrações e desenhos de extrema irreverência. No entanto, a presença de fotografias em jornais se desenvolve no final do século XIX e revela a busca pela apreensão da verdade do fato, ou seja, a foto com o ar de cópia fiel da realidade:

É certo que a fotografia recém-nascida do século XIX trazia uma dimensão de lazer, consumismo, modismo tecnológico, empolgação pela novidade, mas, principalmente, de possibilidade de “reprodução do real”. Nessa condição, entretanto, aplicava-se a usos mais “sérios”: ligara-se estreitamente à medicina e ao controle da criminalidade e, também, ao registro de eventos do presente, celebrações, festejos, cenas cotidianas, encenações de poder de autoridades e, inclusive, revoltas e contestações. Havia relação entre ciência, movimentos sociais, guerras e produção da imagem (MOREL, 2003, p. 74).

No momento em que se propõe uma verdade, outras são deixadas de lado. Desta forma, a fragmentação jornalística nessa etapa da imprensa brasileira ainda não tinha atingido seu auge, mas seu germe estava por nascer na medida em que o jornalismo cada vez mais se consolidava como uma atividade econômica e urbana. As duas últimas

décadas que seguem no século XIX marcam o início da passagem da imprensa de estrutura individual, improvisada, provisória e política para “as mãos de uma organização familiar, sólida, solidária, permanente, convergente em seus interesses de classe” (BAHIA, 1990, p. 81). Segundo o autor, a pequena imprensa de oposição não desaparece inteiramente, mas ao longo do tempo é substituída por estruturas industriais de uma sociedade capitalista. De periódicos que tomavam partido passaram, a fim de ampliar seu leque de leitores, a isentos. As implicações destas transformações serão melhor analisadas no próximo capítulo, que abordará a constituição do jornalismo em meio à lógica empresarial e os modelos adotados como padrão de noticiabilidade.

### 3. A ASCENSÃO DA CONCEPÇÃO CARTESIANA AO JORNALISMO<sup>9</sup>

*Nem a ciência nem a racionalidade são medidas universais de excelência. São tradições particulares, não tendo consciência de sua base histórica.*

Paul K. Feyerabend

*Pode-se ter objetividade, mas o modelo não provém do objeto, e sim da ação criativa da mente.*

David Bohm

Em meio à consolidação da cosmovisão moderna no Ocidente, o conhecimento científico ganha cada vez mais relevância. Desde o século XVII, a ciência veio se formatando a partir de filósofos como René Descartes, que acreditava ter a missão de unificar todos os conhecimentos humanos a partir de bases seguras que conformariam uma ‘ciência admirável’, iluminada pela verdade e pelas certezas racionais. Insatisfeito com a falta de fundamentação racional da área das humanidades e com a não aplicação do conhecimento matemático a problemas da vida, Descartes buscava a verdade dos conceitos por meio de demonstrações físicas e matemáticas – consideradas por ele como as únicas indubitáveis –, atualizando o ideal pitagórico de submeter o universo aos números (GRANGER, 1979).

Nesse sentido, o filósofo procura a todo custo ultrapassar qualquer incerteza, propondo a dúvida hiperbólica como método para se chegar à claridade da razão. Frente à hipótese de sermos enganados por um *gênio maligno* que conduz ao erro e a não objetividade do mundo físico, Descartes propôs a existência de um *bom Deus* que,

---

<sup>9</sup> O termo ‘concepção cartesiana’ não está limitado aos apontamentos de René Descartes, pois somente o cartesianismo proposto por este não dá conta da multiplicidade de variáveis que conformaram o pensamento científico moderno que tanto influenciou o método jornalístico. Desta forma, a terminologia será utilizada tendo o pensamento de Descartes como ponto de partida que traduz questões chave para a formulação da ciência moderna enquanto objetiva, clara e racional, e não se limitando às proposições do filósofo francês.

sendo bom, a imagem que o homem faz do mundo exterior não é uma invenção de sua mente. Desta forma, se Deus existe como garantia da objetividade, é efetiva a certeza de que o mundo físico é real. Assim, o pensamento oferece ao espírito, através da dúvida metódica, um conjunto de regras para se chegar ao conhecimento verdadeiro tendo em vista que o conhecimento sensível é causador de erro, e a verdade é atingida através do intelecto.

Na obra *Discurso do Método*, Descartes tem como preceito metodológico que só o que for evidente pode ser considerado verdadeiro, e propõe também preceitos complementares ao método cartesiano, tais como: o *preceito de análise*, o da *síntese* e o da *enumeração*. O primeiro sugere a divisão das dificuldades que se apresentam em quantas partes forem necessárias para sua resolução; o segundo assinala que é necessário conduzir ordenadamente o pensamento, iniciando pelos objetos mais fáceis até chegar aos mais complexos; já o último propõe a enumeração como forma de conferir se nada foi omitido.

No século XIX, período de transição do jornalismo, desponta o Positivismo de Auguste Comte, o qual expressa um tom geral de confiança nos benefícios da industrialização e de otimismo em relação ao progresso capitalista, cultuando a ciência e o método científico como diretrizes filosóficas. Para Comte, a sociedade se movia por meio de três etapas progressivas: a *teológica* ou *ficícia* seria a primeira, representando o ponto de partida da inteligência humana; a etapa *metafísica* ou *abstrata* expressa a transição para o último e mais evoluído estágio, chamado de *científico* ou *positivo*, no qual a proposição de leis universais traduz o progresso racional e maduro da humanidade (COTRIM, 1996). Dessa forma, o objetivo do método positivo é a investigação das leis gerais que regem os fenômenos naturais e sociais, a fim de tornar o homem capaz de prevê-los e atuar sobre a realidade.

As características fundamentais do Positivismo são a ênfase na pesquisa de fatos concretos e reais; a investigação de assuntos úteis e destinados ao aperfeiçoamento individual e coletivo; a valorização da certeza e o abandono das dúvidas e da discussão metafísica; a busca pela precisão no conhecimento a fim de que este não contenha ambiguidades; a organização como forma de sistematizar a produção científica; e a relatividade para que a ciência se aperfeiçoe e evolua ao longo do tempo. Desse modo, iniciando pelos fenômenos mais gerais e simples aos mais complexos e específicos,

Comte classificou hierarquicamente o conhecimento científico partindo das ciências exatas à biologia e, por último, à sociologia – termo criado pelo filósofo o qual diz respeito ao estudo da psicologia, da ética, do direito, da economia, dentre outros. Assim, o projeto de reforma social positivista – o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim – tinha por meta restabelecer, de forma conservadora, a ordem na sociedade capitalista industrial partindo da reorganização intelectual, moral e, por fim, política.

Influenciado por estas ideias e por filósofos como Wittgenstein, Russell e Whitehead, o Círculo de Viena é criado em 1928 com o fim de investigar qual a medida de veracidade das teorias a partir de suas estruturas lógicas. Considerado como representante da tendência *neopositivista* ou do *empirismo lógico*, os integrantes deste grupo propunham a superioridade da lógica, da matemática e das ciências empíricas e o *princípio de verificabilidade* como guia para se atingir o verdadeiro conhecimento, formando um:

[...] grupo de cientistas, lógicos e matemáticos que tinham em comum a total ojeriza pelo arbitrário da filosofia e da metafísica. Em suma, eles queriam que a filosofia, o pensamento, refletisse a imagem da ciência, isto é, que houvesse enunciados dotados de sentido, e que fossem baseados no que é observável e verificável (MORIN, 2003, p. 37).

No contexto político da primeira metade do século XX, as duas guerras mundiais impulsionaram o desenvolvimento da Teoria da Comunicação, pois viam nesta a possibilidade de se estudar a influência da propaganda. Desde 1933, com a ascensão do nazismo, os Estados Unidos receberam diversos intelectuais que se refugiavam do regime totalitário alemão, favorecendo o estudo acadêmico da Ciência da Comunicação (AMARAL, 1996). Dessa maneira, sob a influência do paradigma da precisão, surge nos Estados Unidos, na década de 30, o modelo de comunicação de Lasswell, o qual desenvolvia o seguinte processo comunicativo: *quem diz o que em que canal a quem com que efeito*. Complementando o modelo aristotélico – comunicador, mensagem e receptor – o modelo de Lasswell foi amplamente utilizado nas análises políticas sobre a formação e difusão dos símbolos de legitimidade do governo.

Já o modelo de Shannon e Weaver (1947), criado para explicar a comunicação entre máquinas, teve seu uso adaptado à comunicação humana. Também coerente com a

proposta aristotélica, foi bastante criticado por seus autores serem engenheiros que entendiam a comunicação como uma troca de informação e dados na qual um *comunicador* emite uma mensagem que é transformada em sinais por um *transmissor* até chegar a um *canal*. A partir daí, os sinais são recebidos e decodificados por um *receptor* que leva a mensagem até um *destinatário*. Nesse sentido, são evitadas as possibilidades de *ruído* – entendido como distorção e erro – durante o processo de transmissão da mensagem que, a partir do mecanismo de *feedback*, permite a fonte controlar o modo como o destinatário está recebendo as informações.

Assim, a tentativa de encerrar a comunicação em uma esfera técnica e científica foi recorrente (e ainda é até hoje). Exemplo disso foi a proposta da ‘Ciência Jornalística’, de Otto Groth (apud MEDINA, 1988), a qual postula que a informação jornalística está regida por leis que dizem respeito às relações funcionais existentes entre periodicidade, universalidade, atualidade e difusão, consideradas como características intrínsecas a jornais, revistas e folhetos. Desse modo, Groth propõe cinco leis ao fenômeno da comunicação: 1) quanto mais amplamente se utilize a Universalidade na matéria de um periódico, mais extensa será a difusão do mesmo e sua acessibilidade geral quanto ao número de leitores, ou seja, a Difusão é uma função da Universalidade,  $D = f(U)$ ; 2) quanto mais Atualidade se queira dar a matéria de um periódico, mais frequentemente deverá ser publicado. Desta forma, a Periodicidade é uma função da Atualidade,  $Pe = f(A)$ ; 3) quanto mais intensa ou extensa seja a Acessibilidade do periódico, mais extensa deve ser sua Universalidade, por conseguinte,  $U = f(D)$ ; 4) quanto mais curtos forem determinados períodos entre duas edições de um periódico, mais frequente aparecerá e mais atual será a matéria, isto é,  $A = f(Pe)$ ; assim, a última lei combina a Universalidade e a Atualidade para designar as seguintes fórmulas: quanto mais Universal e Atual for um periódico, mais frequentemente deve aparecer,  $Pe = f(U A)$ , e maior será a acessibilidade geral,  $D = f(U A)$ , ou seja,  $Pe D = f(U A)$ .

Para Contrera (2009), esta concepção utilitarista e maquínica de Comunicação promove o triunfo da quantidade em detrimento da qualidade, da funcionalidade em detrimento do significado, da eficiência frente à criatividade e à livre experimentação, acarretando pelo menos três consequências: a) a supervalorização de medidores de impacto como índices de audiência, ao invés da significância; b) a ampla difusão e



importância da funcionalidade tecnológica dos meios de comunicação frente ao restrito debate sobre o impacto semiótico e psico-afetivo desses meios junto à sociedade; e c) a padronização e a velocidade de circulação da informação-mercadoria em meio à imposição da máquina funcional da grande mídia.

Assim, não é à toa que o jornalismo assume a roupagem da objetividade e qualifica, segundo Medina (1988), a notícia a partir de princípios como factualidade, atualidade, veracidade, interesse por parte do público e clareza. Buscando atingir a ‘verdade’ a partir da credibilidade do método científico, a imparcialidade é assumida como fundamental à prática do bom jornalismo, que não mais se balizaria em opiniões e sensações que conduzem ao erro e que são contaminadas por crenças e ideias acumuladas ao longo do tempo. Barros (2007) assinala que:

[...] apropriando-se de princípios da racionalidade moderna, também o Jornalismo (enquanto teoria e prática) desenvolveu um discurso desencantado, incompatível com as falas normais da vida. Também o Jornalismo reduziu o rigor ao rigor matemático (basta observar a importância dos números nas reportagens) e promoveu a especialização. Neste último caso, é notória a aquisição de linguagens especializadas pelo jornalista e a multiplicação de cadernos de jornais direcionados a públicos segmentados (BARROS, 2007, p. 3).

Amaral (1996) aponta que o advento das agências de notícias, o desenvolvimento industrial, as duas guerras mundiais e a instauração da publicidade e da propaganda contribuíram para a consolidação do jornalismo enquanto atividade objetiva. Segundo o autor, as agências de notícias foram inicialmente direcionadas a governos, banqueiros, diplomatas, armadores e transportadores, com a função de lhes oferecer notícias por atacado. Com o tempo, os jornais se tornaram clientes em busca de notícias, as quais, para atenderem tanto aos antigos clientes como aos jornais, passaram a ter um certo grau de imparcialidade com a imposição de um noticiário equilibrado que buscasse contemplar todos os lados da questão. Contudo, para que a prática da objetividade se instalasse enquanto padrão foi necessária a ampliação do público leitor, fator relacionado ao desenvolvimento industrial.

Nesse sentido, o autor assinala que o desenvolvimento da *penny press*<sup>10</sup>, nos Estados Unidos da década de 1830, consolidou o conceito de notícia enquanto direcionada ao que acontecia no dia-a-dia da comunidade, “seus dramas, alegrias e decepções, pela história de interesse humano, espetáculos, crimes, casamentos e esportes” (AMARAL, 1996, p. 30). Ainda que essa concepção de notícia fosse rejeitada por diversos setores da imprensa da época<sup>11</sup>, o tamanho dos empreendimentos jornalísticos neste modelo tornou inviável o jornalismo de cunho pessoal tendo em vista o aumento de vendas diárias dos periódicos que seguiam aquela orientação. Assim, a ideia da nova política era:

[...]oferecer aos leitores e ao mercado notícias selecionadas e escritas em um tom desapassionado que não parecesse ficção, propaganda ou panfleto. Os repórteres foram advertidos a não injetarem opiniões e preconceitos nas matérias, uma prática de sinal fechado para qualquer tipo de questionamento (AMARAL, 1996, p. 30).

Dessa forma, o surgimento da empresa jornalística no Brasil data, segundo Medina (1988), de meados de 1890. A autora aponta duas tendências nesta transformação: a primeira diz respeito à adaptação e modernização de periódicos que vivenciam esse momento de transição, tais como *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, e outros que já nascem com uma estrutura empresarial voltada para o lucro, como *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Com o objetivo de conquistar um público cada vez mais amplo, o jornal empresa passou a considerar preferencialmente o gosto do leitor:

A ênfase recai sobre o que o público quer e não sobre a opinião do grupo que manipula o jornal. Surge, então, pouco a pouco, o jornal noticioso, que logo se transforma em sensacionalista; surge também a crônica esportiva, policial e social (MEDINA, 1988, p. 47).

---

<sup>10</sup> Jornal de penny, jornal-centavo, barato, popular, segundo Amaral (1996).

<sup>11</sup> Exemplos disso são a recusa do jornal *Tribune* em publicar notícias de crimes e escândalos e a reação do jornal *Courier and Enquirer* afirmando que homem de bem não compra jornal no meio da rua, mas sim o recebe em sua casa, via assinatura (AMARAL, 1996).

A urbanização e a industrialização são os fatores históricos que impulsionaram estas mudanças na imprensa brasileira que, para sua implantação, exigiu o surgimento de populações urbanas e com certo poder aquisitivo (MEDINA, 1988). Dessa forma, a tipografia perde seu caráter artesanal e assume lugar em linhas de produção com aparelhamento técnico e manipulação competente. Inovações mecânicas, divisão do trabalho, especialização, racionalização de custos, conquista de mercados e ampliação da indústria gráfica são fatores de paulatina transformação dessa nova fase (BAHIA, 1990). O autor assinala que os editores de jornais e empresários gráficos compreendem que o jornalismo mais literário e político já não atende as exigências da época.

A distribuição, por sua vez, torna-se cada vez mais complexa, abarcando assinantes, vendas avulsas, leitores locais, nacionais e do exterior. A revista *O Cruzeiro*<sup>12</sup> passa a ser distribuída nacionalmente desde 1928. Os jornais regionais se expandem em diversos Estados do país, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Segundo Bahia (1990), a especialização da imprensa também surge como estratégia de conteúdo, tendo como exemplo o periódico *Chácaras e Quintais* que, em 1910 abre um ciclo de produção sofisticada entre os veículos que cobrem agricultura. Além disso, inaugura-se por volta de 1913 o uso do placar de informações – já comum na Europa e Estados Unidos – que visa atrair a atenção dos leitores para os conteúdos dos jornais e também mantê-los atualizados das notícias do dia mesmo quando a edição já está esgotada. Assim, Bahia (1990) assinala que a competição entre jornais por tiragens e circulação e a instalação de balcões de classificados estimulam escritórios de publicidade, ampliando a cobertura com prioridade para a reportagem e reservando verbas no balanço anual para o reaparelhamento editorial.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas que acompanharam a industrialização da imprensa no século XX também são fatores que contribuíram para estas transformações. Na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), o telégrafo ganha cada vez mais importância na transmissão das notícias sobre o conflito, mas devido à limitação

---

<sup>12</sup> Conforme Bahia (1990), a temporalidade da revista de Assis Chateaubriand está relacionada às mudanças da época, as quais viabilizaram a convivência com a velocidade do avião, o alcance da radiotelefonia, a extensão do correio aéreo, o conforto individual do automóvel, as grandes estruturas de cimento e a imagem do novo mundo.

deste aparelho, a linguagem antes rebuscada e adjetivada passa a ser o mais econômica possível. Assim, são importadas do modelo estadunidense fórmulas como o *lead* – o quê?, onde?, como?, quem?, quando? – e o modelo da pirâmide invertida, que prevê a redação do texto jornalístico partindo do considerado mais importante ao menos significativo, ao contrário do modelo anterior do nariz de cera. É importada também a ideia do *copy-desk*, espécie de redator responsável por reescrever as matérias a fim de limpar os textos e dar um ar jornalístico aos *press releases* recebidos pela redação: “era o homem encarregado de acabar com a literatice” (AMARAL, 1996, p. 75). Assim, a política nacional sai das manchetes dos jornais para dar espaço às informações que chegavam sobre a guerra, consolidando a imprensa de periodicidade diária e não-regional. Em meio ao paulatino crescimento de agências de notícias<sup>13</sup>, surgem também os primeiros correspondentes internacionais e a perseguição pelo furo jornalístico tendo em vista que, a empresa que o obtivesse, venderia mais.

Desse modo, a grande indústria da informação exige a profissionalização dos técnicos que lidam com a notícia – tratada a partir de então como um produto – com o fim de disciplinar o aprendizado do ofício jornalístico. Há, então, uma explosão de livros técnicos e manuais que buscam tratar teoricamente desta ‘nova’ área de conhecimento:

Com a evolução das empresas jornalísticas, aparece outro ramo de estudos essencialmente pragmático, centralizado na eficiência técnica. Parte, sobretudo, de profissionais ou semiprofissionais, a busca de uma teorização imediatista do fazer jornalístico. São embriões de manuais ou os compêndios que levantam o processo técnico da informação ao nível do código verbal (MEDINA, 1988, p. 16).

A partir dos anos 1950, consolida-se a modernização da imprensa brasileira, marcada pelo empresariamento. Desde a década de 1920, o rádio já estava presente, iniciando um processo de concentração industrial com a formação de cadeias de empresas jornalísticas. Essa concentração foi aprofundada tanto em termos administrativos quanto de conteúdo quando Assis Chateaubriand traz a televisão ao

---

<sup>13</sup> São apontadas como primeiras agências de notícias a *Havas*, em 1835; mais tarde a *France Presse*; a *Harbour News Association*, 1848, formará a futura *Associated Press*; a *Telegraphen Compagnie* de Berlim, de 1849; e a *Reuters*, criada em 1851.

Brasil, formando a TV Tupi. Emergem no mercado grandes empresas de comunicação com ambição de se expandir em âmbito nacional, como a Bloch (*Manchete e Fatos & Fotos*) e a Editora Abril (*Realidade e Veja*), cujos produtos empregam ingredientes similares aos internacionais:

A revista *Fatos & Fotos* se transforma numa versão cabocla da *Life* norte-americana. O *Jornal do Brasil* funda, em 1964, seu Departamento de Pesquisa e Documentação, segundo modelo do *New York Times*, que se propõe acrescentar os dados à notícia (MEDINA, 1988, p. 66).

Desta forma, Fonseca (2005) assinala que a década de 1950 constitui um verdadeiro marco na história da imprensa, pois assinala a virtual superação da fase do ‘jornalismo literário’ e a entrada em definitivo nos quadros do chamado ‘jornalismo empresarial’. A transformação do jornal e da notícia em produto é fenômeno circunscrito à etapa monopólicia, ainda que tardia, do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, o jornalismo se consolida como negócio no Brasil nos anos 1960. Daí em diante, institucionaliza-se como tal e se organiza em conglomerados privados nacionais que atuam conforme a lógica do regime de acumulação e sob a vigilância do Estado, então sob o controle burocrático-autoritário dos militares.

Esta nova ordem foi viabilizada de forma dependente e através da associação do Estado e dos grupos dominantes nacionais com o capital estrangeiro, que aqui passou a investir maciçamente, principalmente depois do Golpe de 1964. A produção jornalística, meio de acesso à realidade social de crescente importância nas sociedades urbanas e industriais, assim como instrumento de formação de opinião, não ficou imune à lógica dominante. Desta forma, a natureza de produto conferida às informações jornalísticas se conforma com a preocupação de tornar as notícias mais acessíveis e sedutoras ao público. Estes são alguns dos sintomas das transformações ocorridas, assim como a oligopolização e a concentração de propriedade, capital e tecnologia. Nesse sentido, o jornalismo é sujeitado à lógica empresarial através de estratégias como a centralização da produção, a hierarquização e especialização de funções, a integração dos setores administrativo, editorial e industrial, além do aumento de espaço à publicidade e do texto pouco aprofundado das matérias e reportagens (TASCHNER apud FONSECA, 1992).

Em meio a esse contexto, teorizou-se que os interesses do público circulam ao redor de aspectos como emoções, superação, dinheiro ou propriedade, sexo, interesse local e importância social. Partindo do critério de seleção da notícia e sua relação com o gosto do público, em 1968, é postulada uma pirâmide de interesses previsíveis que um bom editor deve considerar:

[...] proeminência, celebridade das pessoas envolvidas nos fatos; importância das consequências; raridade do acontecimento, animação vital e interesse humano; rivalidade, conflito ou luta que o fato pressupõe; utilidade imediata do serviço informativo; entretenimento que proporciona (QUIROS apud MEDINA, 1988, p. 21).

Ampliando ainda mais a fragmentação no jornalismo, convencionou-se a divisão deste em três tipos de gêneros: informativo, opinativo e interpretativo. O primeiro diz respeito ao modelo noticioso consolidado ao longo dos séculos XIX e XX. Assim, as informações são transmitidas de forma a enfatizar uma suposta neutralidade que, em geral, são formatadas através dos modelos do *lead* e da pirâmide invertida. É uma análise factual dos acontecimentos que, supostamente, retiram do conteúdo jornalístico qualquer forma de opinião, preconceito ou crença tanto do repórter quanto da empresa de comunicação. Atorresi (1996) assinala que este gênero é caracterizado por se propor como transmissor de enunciados, direta ou indiretamente, os quais podem ser facilmente reduzidos à estrutura de uma oração simples:

El periodismo informativo procura dar a conocer lo que se refiere a un hecho ocurrido o por ocurrir ajustándose, en lo posible, a toda una serie de recursos que tienden a crear el efecto de fidelidad respecto del acontecimiento, la ilusión de Verdad (ATORRESI, 1996, p. 20).

Já o chamado jornalismo opinativo é construído para convencer e se situa em locais exclusivos para esta forma de expressão por meio de ferramentas como a crítica, a resenha, o artigo, o comentário, o editorial ou a crônica. Segundo Atorresi (1996), este gênero está circunscrito em uma retórica argumentativa na qual os juízos e razões são enlaçados mediante conectores lógicos que permitem ser demonstrados. Assim, frente à ilusão de que o vivido e o percebido é relatado objetivamente, o jornalismo opinativo contrapõe a explicação de uma análise subjetiva posta em funcionamento a partir da reflexão do jornalista.

A interpretação, conforme Beltrão (1976), é uma atitude de ofício do agente de informação na atualidade. Desta forma, o jornalismo interpretativo estabelece uma análise preliminar que busca submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, a fim de transformá-los em matéria para divulgação. Este gênero jornalístico se caracteriza por informar a população, de forma não opinativa, sobre o quadro complexo da situação do momento, realizando um “esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele – e não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz em jornalismo opinativo” (LEANDRO & MEDINA apud BELTRÃO, 1976, p. 48).

Na prática, essa divisão entre os gêneros não é tão nítida assim. Uma notícia, ainda que busque ser o mais factual possível, opera uma seleção que não está isolada de ações interpretativas e/ou opinativas. Como aponta Morin (1990), nosso pensamento distingue categorias com o fim de facilitar o entendimento, porém é importante reconhecer os elos existentes entre as entidades para que esta distinção não passe a ser um isolamento. Falta ao jornalismo admitir essa multidimensionalidade na medida em que – com a exceção de algumas revistas semanais e outras propostas que assimilaram um pouco de ar fresco – este ainda se propõe como isento e seguidor do manual dos gêneros divisórios no jornalismo.

Analisando o funcionamento de uma redação jornalística, Tuchman (1972) aponta que procedimentos como a apresentação de diversas versões da mesma realidade; a posse de provas suplementares para fundamentar um fato; a utilização de aspas para indicar que não é o repórter que está dando uma versão dos acontecimentos; a distribuição dos fatos a partir do mais importante; e a separação entre opinião e fato através de espaços exclusivos para as manifestações opinativas não significa que os jornalistas alcançaram a propalada objetividade. Dessa forma, o autor rebate que estes procedimentos constituem um convite à percepção seletiva; reproduzem erroneamente a noção de que ‘os fatos falam por si’; são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística; são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar sua opinião; e iludem o público leitor ao sugerir que a análise opinativa é convincente e ponderada. O autor conclui afirmando que “dá a sensação de que o termo objetividade está a ser utilizado defensivamente como ritual estratégico”

(TUCHMAN, 1972, p. 90) na medida em que protege o profissional e a empresa dos erros e dos possíveis críticos acerca do que foi publicado.

Assim, o modelo cartesiano da objetividade é discutível na medida em que se mostra cada vez mais insuficiente frente à complexidade do mundo e das relações humanas, frente à necessidade de passarmos a uma cosmovisão que não mais atrofie o homem enquanto ser eminentemente racional capaz de captar o mundo como ele é. Essa concepção prática de Comunicação, que integra uma perspectiva funcional/utilitarista que supervaloriza o fazer e o sucesso econômico, está inserida no que Contrera (2009) chama de desencantamento da comunicação contemporânea, noção que se prolonga na atual produção jornalística e perpetua a separação entre sujeito e objeto postulada pela ciência moderna.

Dando prosseguimento à reflexão, o capítulo seguinte abordará propostas de outros rumos para a Comunicação e para o jornalismo a partir das ideias de autores como Cremilda Medina, Carl Rogers, Ana Taís Martins Portanova Barros e Malena Segura Contrera.



#### 4. PARA ALÉM DA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

*O diálogo é uma exigência existencial.*

Paulo Freire

Comunicação. Comunhão. Nem sempre estas palavras tiveram significados dissociados e separados por um ponto final. Até meados do século XVI, Contrera (2009) assinala que estes dois termos tinham sentidos muitos similares, tendo em vista que a cosmovisão da época não apartava de forma tão radical o homem do ambiente ao seu redor. Diferentemente da visão cartesiana/newtoniana que estava por se consolidar, nesse contexto ainda medieval, o cenário científico europeu se baseava em uma sabedoria hermética, que propunha o conhecimento verdadeiro como resultado da união do sujeito ao objeto, em uma identificação psíquico-emocional a partir de imagens, e não somente com o exame intelectual de conceitos (BERMAN apud CONTRERA, 2009).

Desse modo, comunhão, ao longo do tempo, passou a integrar o discurso religioso, restringindo-se ao ato cristão de comungar em Cristo ou a uma espécie de consenso apaziguador, cujos sentidos não recuperam o significado pagão do termo, encontrado nas raízes das sociedades primevas. Já o termo comunicação foi desvirtuado no momento em que passou a ser visto como um instrumento funcional na produção de trocas de informação, distanciando-se da busca por suas raízes a partir da ênfase em aspectos como a rentabilidade no processo ‘comunicativo’ (CONTRERA, 2009).

Desta forma, a autora assinala que a comunhão não pressupõe um entendimento ou concordância – como equivocadamente se pensa – mas sim diz respeito a um estado de pertinência à espécie humana, a um ‘destino planetário’, que necessariamente abriga divergências e confrontos que se engendram dentro de um sentimento de que “aquilo me diz respeito de alguma maneira” (CONTRERA, 2009, p. 4). Desse modo, a proximidade entre comunhão e comunicação vai além de uma mera sociabilidade que permite o estabelecimento de acordos sociais simples na medida em que ambas buscam:

[...] um sentimento de destino humano comum, que por vezes transcende as circunstâncias pragmáticas [...]. Essa comunhão só é

possível por meio da experiência comum não-ordinária (e com um grande movimento de padrões inconscientes), por meio da criação de uma base comum que consideramos chamar de vínculo (CONTRERA, 2009, p. 4).

Assim, a autora assinala que existe um anseio a uma certa fusão psíquica por trás das experiências comunicativa e religiosa, pois seus partícipes se modificam ao longo desse processo, criando não apenas um intercâmbio de informações, mas também uma alquimia<sup>14</sup>, uma *participação mística* que, conforme proposto por Lévy-Bruhl e retomado por Jung, faz parte da natureza humana na medida em que, no inconsciente, não há diferenciação entre indivíduos nem entidades, formando um algo coletivo. Ampliando esse fenômeno ao âmbito dos processos de consciência humana, Contrera (2009) designa-o como *consciência participativa*, a qual leva o homem a:

[...] buscar uma forma profunda de interação afetiva e psíquica com o mundo com o qual interage, estabelecendo uma forma de comunhão com o que James Hillman designa, seguindo uma longa tradição de pensamento, de alma do mundo, manifesta nos objetos almadados de um mundo vivo (CONTRERA, 2009, p. 5).

Segundo Morin (2001), as consciências éticas e políticas necessitam de um sentido de comunhão, de pertencimento à mesma diversidade, tendo em vista que formamos uma unidade humana e uma comunidade de destino. Por isso, é tão importante que, no Jornalismo, se busque uma não separação tão abrupta entre sujeito e objeto a fim de que seja produzido um conhecimento mais compreensivo acerca do mundo e do outro. Nesse sentido, as ideias de Carl Rogers, psicoterapeuta que ganhou visibilidade a partir de trabalhos de teóricos da Comunicação que buscavam uma visão menos totalizante da natureza humana, são de grande contribuição para um reposicionamento acerca da hierarquia existente na relação entre entrevistador e entrevistado.

---

<sup>14</sup> Contrera aponta que o termo alquimia talvez represente melhor 'esse desejo primitivo que em nós permanece pela integridade psíquica que a irrupção da consciência destruiu e pela fusão cósmica advinda do estado pré-consciente (CONTRERA, 2009, p. 4).

Ao longo de sua trajetória, Rogers publicou, em 1951, *Terapia Centrada no Cliente*<sup>15</sup>, obra que continha sua primeira teoria formal sobre a terapia, sua teoria da personalidade e algumas pesquisas que reforçam suas conclusões. Influenciado pelos escritos de Martin Buber, Soren Kierkegaard e, no oriente, pelo Zen Budismo e Lao-Tsé, a ideia central do livro, contrariando os preceitos da Psicologia da época, sugere que a força orientadora da relação terapêutica deveria ser o cliente, e não o terapeuta (FADIGNAN & FRAGER, 1983).

Paralelo ao pleno desenvolvimento industrial da imprensa, Rogers (apud FADIGNAN & FRAGER, 1983) propõe que o cliente tem a chave de sua recuperação, mas o terapeuta deve ter determinadas qualidades pessoais que ajudam o cliente a aprender como usar tais chaves. Antes de o terapeuta ser qualquer coisa para o cliente, ele deve ser genuíno, e não estar desempenhando um papel. Isto significa que o profissional deve buscar perceber seus próprios sentimentos ao invés de apresentar uma fachada isenta, tendo em vista que ele serve como modelo de uma pessoa autêntica, oferecendo ao cliente um relacionamento através do qual este pode testar sua própria realidade. Assim, o critério final para um terapeuta ser considerado bom é sua habilidade para comunicar – e apenas não informar, passar dados – a compreensão que este tem do cliente, fazendo com que este saiba que o terapeuta é autêntico, preocupe-se, ouve e compreende o fato. A capacidade de estar verdadeiramente presente diante de um outro ser humano de forma empática a sua dor é uma exigência para o diálogo entre cliente e terapeuta.

Desta forma, subvertendo a lógica da produção jornalística, a *perspectiva centrada no cliente* aplicada ao jornalismo possibilita à prática da entrevista uma inversão de papéis tendo em vista que, na maior parte das circunstâncias, o jornalista imprime o ritmo de sua pauta e conduz o interlocutor a respostas pré-estabelecidas. Segundo Medina (2005), o que menos importa, em geral, é o modo de ser e o modo de

---

<sup>15</sup> A palavra *cliente* ou *pessoa*, e não *paciente*, também tem sua razão de ser. Segundo Fadignan e Frager (1983), um paciente geralmente é alguém que está doente, precisa de ajuda e vai ser ajudado por profissionais habilitados. Já um cliente é alguém que deseja um serviço e que pensa não poder realizá-lo sozinho. Isto implica que, embora o cliente possa ter muitos problemas, é ainda visto como uma pessoa inteiramente capaz de entender sua própria situação. Na terapia centrada no cliente, a pessoa continua a dirigir e modificar as metas da terapia e iniciar as mudanças comportamentais que deseja que ocorram.

dizer do entrevistado, pois o que realmente interessa é cumprir a pauta que a redação de determinado veículo incumbiu ao repórter. Contudo, o eixo principal, a partir da teoria de Rogers relacionada ao jornalismo, não é o repórter produtor de verdades, mas sim a complexidade da fonte frente ao cotidiano.

Sob esta óptica, a entrevista não pode ser entendida apenas como uma técnica para obter respostas pré-pautadas por meio de um questionário pré-formulado, pois não é desta maneira que se coloca em prática o comunicar, compreendido enquanto inter-relação e diálogo. A entrevista, em suas diferentes aplicações, é vista como uma técnica de interação social e de interpretação informativa que transpõe isolamentos tanto individuais quanto sociais, podendo servir à pluralização de vozes e à distribuição da informação de forma democrática (MEDINA, 1995).

Abandonando qualquer pretensão de objetividade pura no fazer jornalístico e buscando superar as influências positivistas remanescentes, Medina apresenta aspectos em comum com Rogers. O primeiro deles diz respeito à postura do entrevistador: este tem uma personalidade e uma subjetividade que, ao invés de serem reprimidas a fim de cumprir certos protocolos, devem buscar uma relação autêntica e não objetiva com a fonte entrevistada.

Medina (2005) aponta que o público *sente* quando uma determinada entrevista passa emoção e autenticidade no discurso enunciado tanto pelo entrevistado quanto no encaminhamento das perguntas pelo entrevistador. Isto porque ocorre um fenômeno de identificação, interligando fonte, repórter e receptor em uma única *vivência*. Assim, persistir na competência do fazer sem levar em consideração o significado humano, não contribui para que um possível diálogo avance em uma sociedade onde a solidão e a grupalidade se expandem de forma epidêmica (MEDINA, 2005). Desse modo, a realidade da profissão de jornalista que trabalha em veículos de comunicação massiva engloba questões complexas que acabam virando parte de um círculo vicioso:

[...] as empresas da indústria cultural brasileira, feitas uma ou outra exceção, sempre investiram mais na modernização tecnológica do que no aperfeiçoamento e qualificação de seus quadros humanos de produção de informação; o profissional médio, sem estímulos na rotina desgastante da sobrevivência, não investe, por conta própria, no crescimento e amplitude de repertório; a universidade que, em tese, deveria oferecer novos quadros, novas energias, mal se viu com a própria crise de empobrecimento e quase destruição, situação típica das ditaduras. Não há sequer um veículo de crítica dos meios (*media*

*criticism*). Os poucos cursos de extensão e aperfeiçoamento são frequentados, em geral, por uma clientela que não está à frente dos processos de decisão. Estes, os editores, chefes de reportagem, repórteres especiais, permanecem preocupados com o imediato desempenho, satisfazendo as exigências dos próprios empregos. Não são sensíveis à discussão crítica sobre a própria profissão (MEDINA, 1995, p. 24).

Morin (1973), a partir da análise da produção jornalística, propõe uma classificação sintética da entrevista na comunicação coletiva a partir de sua finalidade, enumerando, assim, quatro possibilidades. A primeira trata-se da *entrevista-rito*, que busca obter uma palavra, que de resto não tem outra importância senão a de ser pronunciada aqui e agora. Exemplos desta categoria são as típicas entrevistas com campeões após um jogo e um ator após o Oscar. A *entrevista anedótica* se situa no nível do mexerico, ou seja, traz conversações frívolas e complacentes a vedetes. A terceira classificação diz respeito à *entrevista-diálogo*, na qual o diálogo é mais que uma conversação mundana, mas sim uma busca em comum vivenciada por entrevistador e entrevistado. Já as *neoconfissões* seriam o que o autor descreve como o apagamento do entrevistador frente ao entrevistado, alcançando o nível da entrevista em profundidade da psicologia social. Tal entrevista traz em si a ambivalência de, ao mesmo tempo, toda a confissão ser considerada como um *striptease* da alma feita para atrair a atenção do público.

Desta forma, as duas primeiras classificações estão voltadas para um sentido de espetacularização, e podem ser divididas em subgêneros como a) o *perfil pitoresco*, que caricaturiza o perfil humano através de retratos; b) o *perfil inusitado*, que busca extrair, mesmo que à força, o que caracterizaria a pessoa entrevistada como excêntrica e exótica; c) o *perfil de condenação*, muito presente no jornalismo policial, trata o ser humano dentro do maniqueísmo mocinho/bandido; e d) o *perfil da ironia 'intelectualizada'*, no qual se extrai sutilmente do entrevistado uma condenação de suas próprias ideias a partir da seleção de frases e do sarcasmo do entrevistador.

Nesse sentido, Medina (2005) assinala que recorrer a fontes oficiais e de poder, além de olímpicos ou vedetes da bolsa de valores, se torna uma prática comum na grande mídia. E quando se quer imprimir um tom mais popular à reportagem, o repórter é jogado na rua com o objetivo de colher depoimentos do povo – o conhecido *fala povo*.

Assim, torna-se predominante no jornalismo um dirigismo autoritário devido ao fato da pauta e da seleção de vozes reproduzirem fontes que são figuras-padrão, pois é difícil mexer nas listas de telefones convencionais, à mão de qualquer profissional com certo tempo de experiência. O pluralismo das vozes presentes na realidade social não aparece e muitas vezes não tem espaço por ser discordante do *status quo* midiático.

A criação de um espaço de transformação mútuo – entre entrevistador e entrevistado, entre terapeuta e cliente – é outro aspecto em comum nas teorias de Medina e Rogers. Este propõe que, na dinâmica do processo terapêutico, a relação entre terapeuta e pessoa modifique a ambos, em uma busca em direção à congruência. Nesse sentido, Medina (2005) propõe a *interação social criadora*, na qual repórter e fonte se deixem transformar ao longo da entrevista para que, ao final, ambos *sintam* que saíram diferentes e com outras perspectivas. Nesta inter-relação simbólica em que se dá a entrevista não se pode omitir o real/imaginário de entrevistador e entrevistado.

Exemplos de perspectivas que vão além da objetividade jornalística não faltam. Brasil de 1900, nomes como Euclides da Cunha e João do Rio despontam até hoje não só pelo estilo de escrita, mas também pelo envolvimento que tiveram com o contexto que reportaram. O engenheiro Euclides da Cunha, enviado pelo *Estado de São Paulo* como correspondente para acompanhar as operações do Exército no interior da Bahia, onde acontecia o histórico conflito de Canudos, entrou em contato com o sangrento massacre dos seguidores de Antonio Conselheiro (BOSI, 2006). Após cerca de três meses no local, resolveu escrever, em 1902, *Os Sertões*, considerado um marco literário e também de grande contribuição futura ao jornalismo, na medida em que este se consolidava enquanto área profissional.

Ao mesmo tempo em que descreveu com minúcia a terra, o homem e a luta que presenciou, Euclides fez também, conforme Bosi (1993), geografia humana e sociologia, utilizando-se de ciência e paixão, de análise e de protesto frente à denúncia da carnificina que Canudos representou:

É moderna em Euclides a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade. Há uma paixão do real em *Os Sertões* que transborda dos quadros do seu pensamento classificador; e uma paixão da palavra que dá concretíssimos relevos aos momentos mais áridos da sua engenharia social (BOSI, 2006, p. 308).

O cuidado na documentação e a busca das raízes desencadeadoras do confronto tinham o objetivo não só de entendê-lo, mas também de penetrar no panorama de fundo de um país em formação e sua identidade (LIMA, 1993). Dessa forma, Euclides da Cunha é considerado por Lima (1993) como o antecessor do amadurecimento do jornalismo de profundidade enquanto reportagem, independentemente do fato de *Os Sertões* não ser considerado um livro jornalístico ou literário.

Já João do Rio testemunhou o período de efervescência cultural no Rio de Janeiro, marcado, segundo Medina (1988), pela boemia literária, pelas primeiras casas de chope, pelo cabaré '*Chat Noir*' estilo Paris, por livrarias como ponto de encontro de escritores e pela Avenida Central como símbolo do 'Rio civiliza-se'. Em meio à esta atmosfera, o então escritor, cronista e jornalista se destacou por buscar nas ruas a inspiração para pautas jornalísticas, aprimorando também a metodologia do fazer jornalístico:

A observação da realidade, como característica essencial do repórter, foi realmente o ponto de partida de João do Rio ao produzir reportagens e ao renovar a crônica. Suas matérias são consequência de um levantamento intencional de situações presentes, captadas no mundo exterior [...]. O repórter vai a campo e busca informações. Vale-se, antes de mais nada, do método da observação (MEDINA, 1988, p. 60).

A autora aponta que a contribuição de João do Rio à reportagem pode ser sistematizada, quanto ao universo da informação jornalística, pela observação da realidade; a coleta de informações por meio da entrevista a fontes específicas, anônimas ou a outras imprecisamente identificadas; e o aprofundamento do contexto a partir da informação, da reconstrução histórica e da humanização dos entrevistados. Já descrição de ambientes e fatos tendo o repórter como narrador; o diálogo entre repórter e fonte; o ritmo narrativo da reportagem; e os recursos literários são as contribuições relacionadas ao tratamento estilístico.

Lima (1993) assinala que estas características constituiriam, futuramente, as bases de sustentação do jornalismo interpretativo, marcado pela contextualização, a busca de antecedentes e a humanização. Dessa forma, o autor relaciona que "se Euclides da Cunha foi desbravador de fronteiras da narrativa, tendo como cenário o sertão agreste

inconquistado pelas lentes da mente intelectual, João do Rio foi o descobridor de horizontes possíveis da reportagem de campo no espaço urbano” (LIMA, 1993, p. 164).

Assim, nos idos dos anos 1960, em meio ao turbilhão sócio-cultural estadunidense dos movimentos *hippie* e negro, da recusa dos jovens a irem combater no Vietnã e das transformações comportamentais da contracultura, nasce o *new journalism*. Lima (1993) aponta que, indo contra a tendência literária do romance, que se consolidava como modo de propagação do Grande Sonho Americano, o *new journalism* surge em pólos como Nova Iorque e Califórnia, verdadeiros laboratórios coletivos de experiências que iam contra o *stablishment*:

O novo jornalismo traz à luz dos holofotes o mesmo timbre comum de sensualidade, de mergulho completo, corpo e mente, na realidade, como acontecia em todas as formas de expressão da contracultura. Fosse a experiência de Leary, a rotina policial que patrulha a Broadway ou o dia a dia dos faxineiros das pontes de Nova Iorque, o *new journalism* focalizava-se com calor, vivamente. À *objetividade* de captação linear, lógica, somava-se a *subjetividade* impregnada de impressões do repórter, imerso dos pés à cabeça no real (LIMA, 1993, p. 149).

Nesse sentido, o autor assinala que se inspirando no realismo social de Balzac, Fielding, Smollett, Gógol e Dickens, este jornalismo buscou sofisticar seu instrumental de expressão se aliando a ferramentas da literatura, tais como o registro fiel dos traços do cotidiano, o uso do ponto de vista, a construção do fato cena a cena e a utilização extensiva dos diálogos, ao mesmo tempo em que prezou pela máxima captação do real. Contudo, é quando o *new journalism* chega ao livro-reportagem que os literatos prestam a devida atenção ao fenômeno. As obras de Truman Capote – *A Sangue Frio* (1966) – e Norman Mailer – *Os Exércitos da Noite* (1968) – são consideradas, segundo Lima (1993), o marco inicial desta modalidade que, imediatamente, despertou reações contrárias:

[...] pelo fluxo de consciência e pelo diálogo levados ao extremo das possibilidades na reprodução do real, é que o *novo jornalismo* sofre o mais ferrenho combate, que procede não só da comunidade literária mas também da própria instituição jornalística. Em princípio, ninguém acredita que os diálogos sejam verdadeiros, acusam que tamanha precisão só poderia surgir da elaboração ficcional. Negam o monólogo interior o suas variantes. Os editores mais conservadores rejeitam o



uso de pontos de vista inortodoxos [...], acusam os *novos jornalistas* de “comporem” personagem e cenas [...] (LIMA, 1993, p. 156).

A obra de não-ficção *Operação Massacre* (1957), do argentino Rodolfo Walsh, é também reconhecida por alguns críticos como a precursora do *novo jornalismo* na medida em que, tanto quanto as obras de Capote e Mailer, recuperou recursos literários para contar a história dos ‘fuzilamentos de José Leon Suarez’, cidade argentina em que civis suspeitos de participar da Revolução Libertadora – contra-golpe fracassado à ditadura militar – são mortos de forma abrupta. Assim, descobrindo que uma vítima do acontecido estava viva, Walsh vai em busca de pistas e encontra mais seis testemunhas, que serão parte fundamental da reconstituição jornalística e histórica do episódio.

Outra proposta, ainda mais radical que o novo jornalismo, foi o Jornalismo Gonzo. Vivenciado nos anos 1970 com o pioneirismo de Hunter Stockton Thompson, esta modalidade jornalística propunha a derrubada de qualquer barreira que separe autor e sujeito, ficção e não-ficção a partir da convicção de que o narrador deve abandonar qualquer pretensão de objetividade para participar profundamente da ação. Thompson usava com frequência álcool, tabaco e drogas, substâncias que o levavam para estados além da consciência, os quais se entrelaçavam às ácidas críticas do jornalista ao *american way of life*.

Entretanto, a questão da objetividade jornalística é um ponto polêmico para grande parte dos profissionais da área e teóricos da comunicação. Exemplo disso é a perspectiva de Lage (2004), que comparando seres humanos e máquinas na execução de atividades jornalísticas afirma que:

Já a desvantagem é que, ao contrário de qualquer máquina, agentes humanos, como os repórteres, têm sua própria tendenciosidade. Construíram, ao longo da vida, uma série de crenças e padrões de comportamento que nem sempre se adaptam à tarefa que executam e, principalmente, às intenções daqueles que estão representando, isto é, os leitores (LAGE, 2004, p. 24).

Partindo desse ponto de vista, a cosmovisão que o repórter adquiriu ao longo de sua vida deve ser suprimida ao máximo em prol de um discurso que não vá além do factual, que traga em si mesmo uma neutralidade a fim de que o repórter possa construir

uma pretensa objetividade que não prejudique a versão final dos fatos. A subjetividade, dessa forma, é vista como algo negativo. Entretanto, assim como propõe o novo jornalismo, a conjugação de subjetividade e objetividade – expressa a partir da investigação da maior quantidade de dados sobre o fato – conforma uma reportagem menos distante e, por isso, mais humanizada.

Um exemplo dessa possibilidade que vem ganhando cada vez espaço é o jornalismo em quadrinhos. Segundo Oliveira e Passos (2006), desde o século XVII, as charges fazem parte dos jornais e hoje ocupam um papel diferenciado na medida em que também estão vinculadas ao jornalismo opinativo, partilhando do espaço destinado a editoriais e artigos. Os autores apontam que a origem do gênero, ainda que não consensual, remete-se à tira *Yellow Kid* (1895), de Richard Outcault, e ao suíço Rodolphe Töpffer, autor de *Les Amours de Monsieur Vieux-bois* e *Docteur Festus*, publicados na década de 1820.

Dessa forma, o jornalista e quadrinista Joe Sacco é apontado como o responsável pelo surgimento da categoria *jornalismo em quadrinhos*<sup>16</sup>, cunhada devido ao êxito do livro-reportagem *Palestina: uma nação ocupada* (1993). A obra realizou a cobertura do conflito entre palestinos e israelenses na ocupação da Faixa de Gaza a partir da óptica palestina. Assim, Oliveira e Passos (2006) assinalam que se utilizando de artifícios como a imersão do repórter na realidade, a voz autoral, a precisão de dados e informações, o uso de símbolos, a digressão, e a humanização dos entrevistados e de si próprio, Sacco aborda questões como as torturas, as prisões, os campos de refugiados e as mulheres palestinas a fim de reconstituir o fato histórico a partir do seu ponto de vista:

Acho que é impossível ser completamente objetivo. Por um motivo: sou estrangeiro, estou chegando com os olhos de um ocidental na Palestina ou na Bósnia. E não quero fingir que não tenho uma opinião. Eu tenho meus preconceitos e quero que as pessoas saibam quais são. É o preço que elas pagam para ver as coisas pelos meus olhos. É

---

<sup>16</sup> Apesar de o termo ainda despertar polêmica e não ser nada consensual, o jornalismo em quadrinhos realiza, segundo Gomes (2008), uma interface entre a *art nouveau* – desenhos estilizados, composições minuciosas e senso crítico apurado – e o fazer jornalístico, ganhando cada vez mais adeptos tanto em público quanto em autores. Exemplos disso são a série criada pelo jornalista francês Philippe Cohen sobre o presidente Nicolas Sarkozy, que já é considerada um *best seller*, e obra *08: A Graphic Diary of the Campaign Trail*, na qual Dan Goldman trata da corrida presidencial entre Barack Obama e John McCain, nos Estados Unidos de 2008 (GOMES, 2009).

também muito difícil ser objetivo quando se é parte da história. Não acredito em objetividade, mas em ser justo (SACCO apud OLIVEIRA & PASSOS, ano, p. 8).

O jornalista já publicou diversos outros livros-reportagem em quadrinhos sobre temas que envolvem a guerra, tais como *Área de Segurança: Gorazde* e *O Mediador: Uma História de Sarajevo*, os quais tratam do conflito ocorrido na Bósnia Oriental entre os anos de 1992 e 1995. Os traços subjetivos de Sacco são revelados na medida em que o jornalista se desenha e se insere enquanto personagem da narrativa, revelando, em *Área de Segurança: Gorazde*, por exemplo, tanto os momentos mais tristes e cruéis que uma guerra pode apresentar quanto a mais inesperada alegria – como as rompantes cantorias de Riki, um apaixonado por músicas estadunidenses, e a alegria das moças ao ganharem alguma roupa ou sapato novos através das raras encomendas que conseguiam chegar no local – quebrando a tristeza inerente ao contexto de Gorazde.

Segundo Barros (2007), o apartar da sensibilidade do jornalista é algo sem sentido tendo em vista que “o bom repórter não é exatamente aquele com melhor faro? E o que é o faro jornalístico senão uma aguda capacidade intuitiva?” (BARROS, 2007, p. 3). Dessa forma, a autora assinala que o jornalista deve investigar a realidade com todo o seu corpo e todos os seus sentidos, não restringindo esta experiência à visão e à audição como usualmente acontece. Este novo posicionamento diante do cotidiano permite que tanto a racionalidade argumentativa quanto a emoção e o afeto façam parte do processo de trabalho jornalístico, pois “ao contrário do que se possa imaginar, incorporar a emoção e a sensibilidade ao fazer jornalístico não significa sair por aí impondo verdades. Ser sensível é saber ouvir; compreender, mais do que explicar” (BARROS, 2007, p. 3).

No livro *Jornalismo, Magia, Cotidiano*, Barros (2001) põe em prática esta proposta na tentativa de refletir sobre o fazer do semanário *Panorama*, distribuído na cidade de Taquara, localizada no interior do Rio Grande do Sul. A partir da pergunta “como o jornal local contribui para o reencantamento, para a magicização do cotidiano?” (BARROS, 2001, p. 186), a autora se vê perplexa ao perceber que mesmo sendo um jornal pequeno e com funcionários que se relacionam de forma familiar com a comunidade local, o conteúdo imaginativo do semanário é mínimo, pois este reproduz os cânones consagrados do jornalismo da grande imprensa.

Desse modo, geralmente a rotina é o que se mantém nas práticas jornalísticas, a qual é facilmente transmissível aos jovens profissionais atentos à experiência do cotidiano, permanecendo o alerta de Medina (1995) que, com sua vasta experiência dentro de redações de jornais, calcula que “animo-me a estimar em dois meses, no máximo, o tempo de treinamento eficiente de um aprendiz. Se sua curiosidade não for adiante, ficará escravizado a estas fórmulas para o resto da vida” (MEDINA, 1995, p. 58).

Dessa forma, a introjeção de práticas pré-moldadas como se fossem naturais não é o que trará à atividade jornalística a preciosidade que lhe cabe enquanto atividade que busca criar pontes para a comunicação, e não apenas para a informação. A sensibilidade, a intuição, a empatia e a subjetividade do jornalista, como abordado ao longo do capítulo, são também ferramentas fundamentais para que este profissional possa reencantar o factual e mergulhar nas profundezas de nossa complexa humanidade. Por isso, esta análise tem continuidade no capítulo seguinte, que abordará as propostas relacionadas à Teoria da Complexidade e como esta pode ser exercida no jornalismo, a partir de autores como Edgar Morin, Fritjof Capra, Cremilda Medina e Dimas Antônio Künsch.

## 5. UM POUCO DE COMPLEXIDADE À RECEITA

*Ao Braço do Mesmo Menino Jesus quando Apareceu*

*O todo sem a parte não é todo,  
A parte sem o todo não é parte,  
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,  
Não se diga, que é parte, sendo todo.*

*Em todo o Sacramento está Deus todo,  
E todo assiste inteiro em qualquer parte,  
E feito em partes todo em toda a parte,  
Em qualquer parte sempre fica o todo.*

*O braço de Jesus não seja parte,  
Pois que feito Jesus em partes todo,  
Assiste cada parte em sua parte.*

*Não se sabendo parte deste todo,  
Um braço, que lhe acharam, sendo parte,  
Nos disse as partes todas deste todo*

Gregório de Matos

Um pouco de *lead*, pirâmide invertida e breves depoimentos acerca do fato. Pronto, já se está feita uma matéria jornalística que pode ser veiculada tanto em jornal impresso quanto em televisão, rádio ou internet. A fórmula já é conhecida e amplamente difundida nas redações. Contudo, por mais que ela tenha sua validade, muitas vezes é insuficiente frente à demanda social por comunicação, contextualização e humanização. Assim, o pensamento complexo é um ingrediente que, se acrescentado, pode dar à receita um gosto menos formalizante e mais aprofundado, na medida em que se serve também da sensibilidade e da subjetividade do repórter.

Diversas transformações, descobertas e quebras de paradigmas foram necessárias para que se chegasse à Teoria da Complexidade. Seguindo uma ordem que não necessariamente corresponde a uma cronologia linear e unívoca, numerosos eventos da história ocidental e oriental dão sinais de um pensamento complexo. Desde a

Antiguidade, a cosmovisão chinesa baseia-se, conforme Lao Tsé, na dialógica união dos contrários, expressos nos termos *yin*<sup>17</sup> e *yang*<sup>18</sup>. Desse modo, o bom não é um ou outro, e sim o equilíbrio dinâmico entre ambos, o qual forma relações sociais e ecológicas harmoniosas (CAPRA, 2004).

No Ocidente, o movimento Romântico – que explodiu na Europa dos séculos XVIII e XIX e se espalhou pela América Latina – foi o primeiro a confrontar o reducionismo cartesiano. Em meio às turbulências da Revolução Francesa (1789), os artistas propagavam a importância do irracional, da subjetividade, da imaginação e do indivíduo a fim de propor uma aceitação global do homem, e não só do homem que pensa. A natureza era vista como um ‘grande todo harmonioso’, expressão de Goethe (apud CAPRA, 2006) que retrata a visão romântica que interligava sociedade e meio ambiente a fim de humanizar a natureza e naturalizar o homem.

Morin (1990) assinala que duas brechas na epistemologia da ciência clássica contribuíram para a ascensão do pensamento complexo. A primeira é a microfísica, que abriu espaço para a interdependência entre sujeito e objeto, o reconhecimento do acaso no conhecimento, a “desreificação da noção de matéria” e a “irrupção da contradição lógica na descrição empírica” (MORIN, 1990, p. 27). Já a segunda brecha, a macrofísica, uniu os conceitos de tempo e espaço em uma mesma entidade, rompendo com a concepção até então aceita. Essas transformações estão relacionadas com o surgimento do pensamento sistêmico que, segundo Capra (2006), efetuou uma quebra com o pensamento mecanicista na medida em que deslocou a importância das partes para o todo, entendendo que os sistemas vivos não podem ser compreendidos somente por meio da análise, mas também a partir do contexto do todo maior. A realidade, dessa forma, é vista como uma rede inseparável que não possui as bases ou os fundamentos propostos por Descartes.

Assim, Capra (2006) destaca que, antes de 1940, os termos ‘sistemas’ e ‘pensamento sistêmico’ eram amplamente utilizados por diversos cientistas, mas foram

---

<sup>17</sup> Relacionado a elementos como terra, lua, noite, inverno, umidade, frescor e interior, e a características como feminino, contrátil, conservador, receptivo, cooperativo, intuitivo e sintético (CAPRA, 2004).

<sup>18</sup> Baseado em elementos como céu, sol, dia, verão, secura, calidez e superfície e a características como masculino, expansivo exigente, agressivo, competitivo, racional, analítico (CAPRA, 2004).

as concepções de sistema aberto e a teoria geral dos sistemas<sup>19</sup> propostas pelo biólogo Ludwig von Bertalanffy que estabeleceram o pensamento sistêmico enquanto movimento científico. Em meio ao embate entre a concepção termodinâmica, que propunha que qualquer sistema fechado se encaminha para a desordem ou entropia, e a darwiniana, que defendia que o universo evolui da desordem para a ordem, Bertalanffy elaborou a existência de sistemas abertos que se alimentam de um constante fluxo de matéria e energia do seu entorno para continuarem vivos.

A primeira consequência dessa constatação é que “as leis de organização do ser vivo não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio, recuperado ou compensado, de dinamismo estabilizado” (MORIN, 1990, p. 32). Já a segunda diz respeito ao fato de que o entendimento do sistema é encontrado na sua relação constitutiva, e não de dependência, com o meio. Dessa forma, Morin (1990) aponta que as três virtudes da teoria sistêmica<sup>20</sup> são a noção de que o todo não se reduz às partes, formando, assim, um todo complexo; a concepção de sistema como algo ambíguo ou fantasma, e não real nem puramente formal; e a sua inserção em um nível transdisciplinar, permitindo tanto conceber a unidade da ciência quanto a diferenciação no conjunto desta.

Complementando a teoria dos sistemas, a Psicologia da *Gestalt* – a palavra alemã para forma orgânica – propôs que o todo é mais que a soma de suas partes. No contexto da Alemanha da década de 1920, na chamada República de Weimar, vivia-se um momento de oposição à fragmentação humana no qual a cultura da época se voltava para uma perspectiva antimecanicista. Dessa forma, os psicólogos da *Gestalt* entenderam que os organismos vivos percebem coisas não isoladamente, mas sim como padrões perceptuais integrados, formando “totalidades significativamente organizadas que exibem qualidades que estão ausentes em suas partes” (CAPRA, 2006, p. 42).

A consolidação da Física Quântica reiterou a constatação de que não se pode decompor o mundo em unidades elementares independentes. Isto porque a teoria quântica propunha que os sólidos da física clássica se dissolvem em padrões de

---

<sup>19</sup> Capra (2004) assinala a relação entre a teoria geral dos sistemas e o antigo pensamento chinês na medida em que os sábios chineses reconheciam a polaridade básica que caracteriza os sistemas vivos, expressa na inter-relação entre *yin* e *yang*.

<sup>20</sup> Morin (1990) aponta que a simplificação tecnocrática e o uso vulgar da teoria sistêmica são dois lados negativos desta. Entretanto, o autor alerta que se for necessário ultrapassar o sistemismo, deve-se em qualquer circunstância integrá-lo.

probabilidades semelhantes a ondas no nível subatômico e, neste estágio, as partículas subatômicas somente podem ser entendidas por meio de interconexões, e não enquanto entidades isoladas (CAPRA, 2006). A nova matemática também deu um salto sistêmico na medida em que passou a não se basear mais na linearidade e no método analítico proposto pela geometria cartesiana. A chamada ‘matemática da complexidade’ é composta por relações e padrões, mais qualitativa que quantitativa, expressando-se através de equações diferenciais, não-linearidades, realimentações e iterações, atratores, efeito borboleta, fractais e números complexos, dentre outros.

Com o advento da cibernética, termo derivado do grego *kybernetes* (‘timoneiro’) e criado por Norbert Wiener como “a ciência do controle e da comunicação no animal e na máquina” (apud CAPRA, 2006, p. 56), o pensamento sistêmico ganhou ainda mais espaço:

Enquanto Ludwig von Bertalanffy trabalhava em cima de sua teoria geral dos sistemas, tentativas para desenvolver máquinas autogerenciáveis e auto-reguladoras levaram a um campo inteiramente novo de investigações, que exerceu um dos principais impactos sobre o desenvolvimento posterior da visão sistêmica da vida. Recorrendo a várias disciplinas, a nova ciência representava uma abordagem unificada de problemas de comunicação e de controle [...] (CAPRA, 2006, p. 56).

Dessa forma, ainda que a teoria da informação elaborada nos estudos cibernéticos muitas vezes confunda, segundo Capra (2006), ‘informação’ e ‘sinal’, como aconteceu no modelo proposto por Shannon e Weaver, Morin (1990) aponta que o conceito de informação é indissociável de uma teoria da organização. Desse modo, o organizacionismo não busca revelar analogias fenomenais, mas sim “encontrar os princípios de organização comuns, os princípios de evolução destes princípios, os caracteres da sua diversificação” (MORIN, 1990, p. 41). Já a concepção de auto-organização surgiu nos anos iniciais da cibernética, mas também estendeu seus estudos aos seres vivos. Nesse sentido, os sistemas auto-organizadores são caracterizados pela emergência espontânea de novas estruturas e formas de comportamento em sistemas abertos, que não estão em equilíbrio, mantendo internamente laços de realimentação, e descritos matematicamente por equações não-lineares (CAPRA, 2006).



Assim, a complexidade estava espalhada no vocabulário científico com o sentido de advertência ao entendimento e como forma de proteção contra a clarificação, a simplificação ou a redução rápida. Originariamente, *complexus* significa aquilo que é tecido junto (MORIN, 2003), ou seja, o pensamento complexo busca distinguir – e não separar – ao mesmo tempo em que tem o intuito de reunir. O autor assinala que existem sete princípios-guia, complementares e interdependentes, para se pensar a complexidade: o *princípio sistêmico* ou *organizacional*; o *hologramático*; o do *ciclo retroativo*; o do *ciclo recorrente*; o *princípio da auto-eco-organização*; o *dialógico*; e o da *reintrodução do conhecido em todo o conhecimento*.

O primeiro tem influência do pensamento sistêmico na medida em que Morin (2003) propõe que o todo é mais que a soma das partes, mas acrescentando – e aí está a contribuição da Teoria da Complexidade – que o todo é também menos que a adição das partes, tendo em vista que as qualidades destas podem ser inibidas pela organização do conjunto. Nesse sentido, o princípio hologramático se relaciona ao paradoxo dos sistemas complexos, nos quais tanto as partes estão no todo quanto o todo está nas partes: “Assim, cada célula é parte de um todo – o organismo global – mas o próprio todo está na parte: a totalidade do patrimônio genético está presente em cada indivíduo no que diz respeito ao todo através da sua linguagem, da sua cultura e de suas normas” (MORIN, 2003, p. 72).

O ciclo retroativo é o que possibilita o conhecimento dos processos autorreguladores. Rompendo com a causalidade linear, este princípio propõe a inter-relação entre causa e efeito a partir das múltiplas retroações que acontecem no sistema em questão. Dessa forma, o ciclo recorrente vai além da noção de regulação através da autoprodução e da auto-organização, tratando-se de um ciclo gerador no qual “os produtos e as consequências são, eles próprios, produtores e originadores daquilo que produzem” de modo tal que, como exemplo, “os indivíduos humanos produzem a humanidade de dentro e por meio de suas interações, mas a sociedade emergindo, produz a humanidade desses indivíduos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura” (MORIN, 2003, p. 73). Assim, o princípio da auto-eco-organização propõe a inseparabilidade entre autonomia e dependência. Isto porque os seres vivos são auto-organizadores que, ao mesmo tempo em que se autoproduzem continuamente, precisam retirar energia, informação e organização do ambiente que os rodeia:

Não é suficiente não isolar um sistema auto-organizado de seu meio. É preciso unir intimamente auto-organização e eco-organização. A organização dos seres carrega a ordem cósmica da rotação da Terra em volta do Sol, marcada pela alternância do dia e da noite e pela mudança das estações! Alternamos vigília e sono e o aumento da duração do dia e da temperatura, na primavera, desencadeia o acordar vegetal e a sexualidade animal (MORIN, 2008, p. 184).

O sexto princípio, o dialógico, une noções que, à primeira vista, parecem excludentes, mas que são indissociáveis de uma mesma realidade, como nos exemplos da fórmula de Heráclito ‘viver de morte, morrer de vida’ e no próprio surgimento do universo através da dialógica entre ordem, desordem e organização. Dessa forma, este princípio possibilita aceitar racionalmente a união de concepções contraditórias para formular um mesmo fenômeno complexo. Por último, a reintrodução do conhecido em todo o conhecimento realiza uma restauração do tema revelando que “da percepção à teoria científica, todo o conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/inteligência em uma cultura e em um tempo determinados” (MORIN, 2003, p. 75). Desse modo, o autor alerta que a complexidade não é um pensamento que:

[...] exclui a certeza pela incerteza, que exclui a separação pela inseparabilidade, que exclui a lógica para permitir todas as transgressões. O procedimento consiste, ao contrário, em se fazer uma ida e vinda incessante entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável. De igual modo, este utiliza a lógica clássica e os princípios de identidade, de não contradição, de dedução, de indução, mas conhece os seus limites, e tem consciência de que, em certos casos, é necessário transgredi-los (MORIN, 2003, p. 75).

Nesse sentido, o pensamento simplificador não é oposto ao complexo, e sim, integrante deste, tendo em vista que o percurso não parte do simples ao complexo, mas da complexidade para uma complexidade ainda maior, pois o simples, como ressaltava Morin (1990), é apenas um momento, um aspecto entre as várias complexidades. Assim, o método da complexidade (MORIN, 2008) pede que os conceitos sejam pensados não como concluídos, mas sim como uma constante construção que efetua quebras nas esferas fechadas e restabelece a compreensão da multidimensionalidade que compõe as totalidades integradoras.

Além destes princípios, Morin (1990) assinala que existem oito caminhos que conduzem ao desafio da complexidade. O primeiro deles é o da irreduzibilidade do acaso e da desordem. Desviando-se da concepção moderna que vê com olhos combativos a presença desses dois substantivos, o autor propõe o entendimento de que a desordem e o acaso estão presentes no universo e ativos na sua evolução, de forma que não se pode resolver a incerteza que as noções de desordem e acaso trazem. Já o segundo é transgredir as barreiras impostas pelas abstrações universalistas que, em ciências naturais, dissolvem a singularidade, a localidade e a temporalidade enquanto instâncias a serem unidas ao universal. O terceiro caminho apontado é o da complicação. Segundo Morin (2008), o problema da complicação surgiu quando se percebeu que os fenômenos biológicos e sociais apresentavam um número incalculável de interações e de inter-retroações que não poderiam ser calculadas nem pelo mais potente dos computadores. Desta forma, a interação entre ordem e desordem é o quarto atalho assinalado por Morin (2008), tendo em vista que se realiza, no cerne do pensamento complexo,

[...] uma misteriosa relação complementar, no entanto, logicamente antagonista entre as noções de ordem, de desordem e de organização. (...) O princípio *order from noise* significa que fenômenos ordenados (eu diria organizados) podem nascer de uma agitação ou de uma turbulência desordenada (MORIN, 2008, p. 179).

Turbulência esta que deságua no contradito caminho da organização, a qual constitui um sistema a partir de elementos diferentes que conformam, simultaneamente, uma unidade e uma multiplicidade. Assim, não se pode transformar o múltiplo em um, nem o um em múltiplo, conforme a complexidade lógica *unitas multiplex*. Exemplificada no caso das cidades históricas contemporâneas, Morin (2008) aponta que estas se auto-organizam tanto a partir de um centro de comando-decisão (Estado, governo), quanto de diversos centros de organização (autoridades estaduais, municipais, empresas, partidos políticos) e de interações espontâneas entre grupos de pessoas. O princípio hologramático – o sexto caminho – faz referência ao holograma, imagem física cujas qualidades de relevo, cor e presença estão presentes tanto em cada um de seus pontos como no conjunto total que estes representam, ou seja, não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte, como já explicitado anteriormente.

A crise da concepção que propõe conceitos claros e fechados leva à sétima avenida para a complexidade, na medida em que esta rompe com a proposta cartesiana de que a clareza e a distinção das ideias são um sinal de verdade e consequente correspondência com a realidade. Por fim, a última rota é a inserção do observador no contexto da observação, pois é impossível se eliminar a presença do sujeito na conformação do objeto analisado, afinal “não é só o sociólogo que está na sociedade; conforme a concepção hologramática, a sociedade também está nele; ele é possuído pela cultura que possui” (MORIN, 2008, p. 185).

Dessa forma, a complexidade se apresenta não como uma receita ou resposta, mas sim como um desafio e uma motivação ao pensamento na medida em que:

A complexidade não é só um fenômeno empírico (acaso, eventualidades, desordens, complicações, mistura de fenômenos); a complexidade é, também, um problema conceitual e lógico que confunde as demarcações e a fronteiras bem nítidas dos conceitos como “produtor” e “produto”, “causa” e “efeito”, “um” e “múltiplo” (MORIN, 2008, p. 183).

A complexidade é, para Morin (1990), parte de sua crença na possibilidade de um pensamento o menos mutilador e o mais racional possível. Nesse sentido, o complexo não se confunde com um relativismo absoluto, mas reconhece nele próprio a impossibilidade de unificação e de acabamento frente à presença da incerteza, da irresolubilidade e do indizível. Assim, o autor define que a complexidade não é somente a união dos processos de simplificação, tais como a seleção, a hierarquização, a separação e a redução a outros contraprocessos como a comunicação e a articulação, mas também é o escapar tanto do pensamento redutor que enfatiza somente as partes quanto do globalista, que vê apenas o todo. Dessa forma, “a complexidade encontra-se justamente no âmago da relação entre o simples e o complexo porque tal relação é ao mesmo tempo antagônica e complementar” (MORIN, 1990, p. 149).

E o jornalismo no Brasil, como se encontra em meio à complexidade do cotidiano? Enfatiza causalidades lineares ou as expande a limites ainda não explorados? Busca reunir simples e complexo, inserindo a subjetividade do repórter aos dados ‘descritivos’ do momento ou reitera sua imparcialidade? Propõe uma discussão que absolutiza verdades ou abarca também o acaso, a desordem e o contraditório? Observando a atual produção da chamada grande mídia, percebe-se, com raras

exceções, a reificação de padrões reducionistas de abordagem do dia a dia. O fator ‘credibilidade jornalística’ ainda recorre aos padrões positivistas de verdade e objetividade para conquistar a atenção e o respeito do grande público, mesmo que estes se mostrem cada vez mais devedores frente à riqueza e à vitalidade do cotidiano, pois:

Com a crise do paradigma cientificista e sobretudo do positivismo, a noção de que o sujeito (produtor de sentidos) recupera com objetividade o objeto que está fora dele caiu por terra. No entanto, o jornalista, armado de uma teoria técnica positivista (elaborada no final do século XIX e gramaticalizada em manuais), prossegue operando com a crença neste paradigma. Não tendo desenvolvido convenientemente os estudos no campo das ciências do discurso (da linguística à semiótica, passando pela filosofia e pela história), comunga indistintamente com produtores de informação ou proprietários dos meios de comunicação o conceito tradicional de objetividade (MEDINA, 1990, p. 86).

Desse modo, desde a escolha dos trajes e da aparência dos apresentadores de programas jornalísticos<sup>21</sup> à veiculação de notícias que, nos diversos meios de comunicação, passam a impressão de contemplar a totalidade do presente, cada detalhe parece ser calculado para que o leitor/espectador/ouvinte *acredite* intelectualmente e em sentimento<sup>22</sup> no que está sendo noticiado. Este jornalismo que se propõe tão científico, verdadeiro e neutro se baseia em uma construção tão misteriosa como é a noção de confiança. Por que se confia em um galante apresentador que, diariamente, traz determinadas notícias? O que faz com que a reportagem impressa em um jornal ou publicada na internet seja crível? Estaria essa credibilidade relacionada à questão da objetividade? Em uma análise prévia e intuitiva, pode-se arriscar que sim, ainda que perguntas como essas mereçam um longo e aprofundado estudo na medida em que o que está em jogo, nesse caso, não é somente um estudo dos padrões midiáticos, mas também a compreensão de como se conforma a relação de confiabilidade entre público e imprensa, ou seja, o que é considerado um padrão confiável.

---

<sup>21</sup> É interessante notar que até mesmo programas jornalísticos de televisão mais sarcásticos, como CQC e Furo MTV, exibem apresentadores vestidos com roupas sóbrias e formais, como os conhecidos ternos pretos, guarnecidos de gravata.

<sup>22</sup> Parece existir uma espécie de crença a priori, uma introjeção não natural, na qual o público pressupõe a veracidade do fato por se tratar de um veículo tal que ‘jamais’ deixaria de cumprir seu dever com a objetividade e verdade da notícia.

Assim, amparando-se em técnicas que dificilmente vão além do factual, o fazer jornalístico opera um ‘empobrecimento simbólico’ (MEDINA, 1990) na medida em que continua a reiterar o padrão positivista de informação. Não que este modelo deva ser suprimido em absoluto, mas que nele sejam reconhecidos suas insuficiências, previsibilidades e distorções. Diariamente, ao ligar a televisão, imagens e reportagens sobre crimes, assassinatos, roubos, corrupção, tragédias e violência em geral tomam uma proporção bastante ampla do tempo dedicado a assuntos como cidadania e solidariedade. Ao ler um jornal impresso ou virtual, ou ligar o rádio, o resultado não é muito diferente: uma enxurrada de matérias que versam sobre a desgraça humana é noticiada. Onde está o singular, uma das características primordiais do jornalismo? Certamente, não está somente na contínua exibição e publicação da violência cotidiana. O jornalismo deve sim cumprir seu papel de mediador social das injustiças que acontecem no dia a dia, mas com o cuidado de que este reportar possa construir teias e redes de sentido frente à crescente fragmentação do conhecimento, da vida e do próprio homem:

O restabelecimento do equilíbrio e da flexibilidade em nossas economias, tecnologias e instituições sociais só será possível se for acompanhado por uma profunda mudança de valores. Contrariamente às crenças convencionais, os sistemas de valores e a ética não são periféricos em relação à ciência e à tecnologia, mas constituem sua própria base e força propulsora. Por conseguinte, a mudança para um sistema social e econômico equilibrado exigirá uma correspondente mudança de valores – da auto-afirmação e da competição para a cooperação e a justiça social, da expansão para a conservação, da aquisição material para o crescimento interior. Aqueles que começaram a realizar essa mudança descobriram que não é restritiva, mas, pelo contrário, libertadora e enriquecedora (CAPRA, 2004, p. 387).

Para que isso aconteça, Capra (2004) aponta a necessidade de reestruturação organizativa das empresas midiáticas e da informação divulgada por meio destes veículos destinados ao grande público:

Uma vez que tenhamos conseguido reformar os veículos de comunicação de massa, poderemos então decidir o que precisa ser comunicado e como usar eficazmente esses veículos para construir nosso futuro. Isso significa que também os jornalistas deverão mudar,

e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica. Em vez de se concentrar em apresentações sensacionalistas de acontecimentos aberrantes, violentos e destrutivos, repórteres e editores terão que analisar os padrões sociais e culturais complexos que formam o contexto desses acontecimentos, assim como noticiar atividades pacíficas, construtivas e integrativas que ocorrem em nossa cultura (CAPRA, 2004, p. 400).

Nesse sentido, se mostra cada vez mais necessário incluir a subjetividade, a sensibilidade, a afetividade, a marca humana à conhecida receita objetiva. Embora ainda se viva, pelo menos em boa parte do hemisfério Ocidental, sob uma profunda influência do racionalismo cartesiano e da lógica positivista, que tanto marcam o fazer jornalístico, é preciso – assim como a física e a matemática já o fizeram – dar um salto qualitativo na produção de conteúdos jornalísticos na medida em que “nós, jornalistas, estamos demorando muito para oxigenar nossa mentalidade. A visão com que operamos ao pautar e ao desenvolver uma pauta tende, quase sempre, para o enquadramento esquemático do real, a atrofia de sua vitalidade enquanto processo” (MEDINA, 1990, p. 87).

Com o intuito de respirar um ar ‘mais leve’, o que não quer dizer mais fácil ou de menor responsabilidade, é necessário que o jornalismo se atrele de forma participativa ao senso comum<sup>23</sup>, entendendo este como o menor denominador comum daquilo que um grupo ou povo acredita coletivamente, o que o destina a uma vocação solidarista e transclassista (SANTOS, 1995). Para tal, o fazer jornalístico deve ouvir o senso comum não somente em situações que apresentem depoimentos previsíveis e pré-pautados, mas penetrando tanto na simplicidade quanto na complexidade deste a fim de costurar sentidos ainda não visitados, revisar conceitos estigmatizados e reforçar questões que são remanescentes.

---

<sup>23</sup> Santos (1995) aponta que ao mesmo tempo em que o senso comum pode ter um viés conservador, ele não é oposto à ciência tendo em vista que ele comporta experiências não só de acomodação, mas também de resistência às condições dadas. Além disso, o autor assinala que a ciência tem apresentado teorias que são tão ou mais conservadora que o senso comum, e que, por estarem atreladas pelo poder institucional, têm ainda mais efeitos sobre a realidade. Desta forma, o senso comum não pode ser taxado como fixista, pois ‘seu caráter ilusório, superficial ou preconceituoso pode ser mais ou menos acentuado, tudo dependendo do conjunto das relações sociais cujo sentido ele procurar restituir’ (SANTOS, 1995, p. 38).

Outro passo necessário para tornar a esfera jornalística menos rígida e mais porosa é desmitificar, em suas reportagens, a produção do conhecimento científico. Frente à explosão de descobertas que a ciência vem realizando, não seria de se estranhar que os veículos jornalísticos passassem a divulgar cada vez mais este tipo de notícia. No entanto, é premente que, ao mesmo tempo em que se reconheça o mérito do conhecimento científico, este não seja tratado como uma verdade primordial, isenta, desinteressada e que fala por si mesma. A principal barreira, segundo Medina (1990), reside no fato de que:

[...] nem superamos a transmissão tecnicista das informações para atingir a estética da comunicação, muito menos a ética da comunhão. Sonhar é preciso, porque temos potencialmente recursos para produzir sentidos em que ética, técnica e estética estejam a serviço de uma estratégia humanizadora do jornalismo. Relacionar é comungar e interação social criadora é levar a comunicação à comunhão. O jornalista deve, então, cultivar o desejo profundo de ele também ser um poeta de seu tempo (MEDINA, 1990, p. 88).

Assim sendo, o desafio para que o jornalismo trilhe caminhos envoltos em complexidade passa pelo saber circular tanto em avenidas já estereotipadas quanto em ruelas pouco ou não povoadas. Para que esse percurso não acabe se fechando em uma rua sem saída, é importante a busca de uma “capacidade relacionadora” que coloque o jornalista “em sintonia com a produção simbólica de seu povo, tornando-o apto a articular sentidos interativos, ao invés de sentidos disjuntivos” (KÜNSCH, 2000, p. 98), percebendo o signo enquanto processo e não como algo que é, de forma estática. Iniciativas nestas direções, tais como as formuladas pelo *new journalism*, pelo jornalismo literário, pelo jornalismo gonzo e o em quadrinhos – citadas ao longo do capítulo anterior – continuam a reverberar seus frutos na atualidade. Na internet, o espaço para aliar complexidade e jornalismo é ainda maior: diversos *blogs* e *sites*<sup>24</sup> estão surgindo com um novo fôlego para a expressão criatividade de jornalistas.

---

<sup>24</sup> Os exemplos são vastos, mas vale a pena frisar alguns, como o blog JornalismoB ([jornalismob.wordpress.com](http://jornalismob.wordpress.com)), idealizado pelos jornalistas Cris Rodrigues e Alexandre Haubrich, o qual busca tratar de temas como crítica da mídia, cultura e política; o site Correio da Cidadania ([www.correiodacidade.com.br](http://www.correiodacidade.com.br)), que propõe uma ‘visão crítica de acontecimentos políticos, econômicos e sociais, fazendo contraponto à uniformidade editorial da grande imprensa’; o também site Brasil de Fato



Quando as produções jornalísticas da grande mídia arriscam novos formatos, o resultado positivo é sentido através da participação e do interesse do público, como nos exemplos dos já tradicionais cadernos *Mais!*, do jornal *Folha de São Paulo*, e *Caderno2*, do *Estado de São Paulo*; e dos programas televisivos *CQC*<sup>25</sup> (Custe o que Custar), e do global Profissão Repórter que, apesar de às vezes ser um pouco ‘insosso’, abriu espaço para jovens repórteres que buscam ângulos e histórias incomuns acerca de um determinado tema.

O *Canal Futura*, mantido por empresas e instituições como Bayer Schering Pharma, Fundação Bradesco, CNI, CNN, FIESP, FIRJAN, Fundação Itaú Social, Fundação Vale, Gerdau, SEBRAE, Rede Globo e Votorantim, ainda que não possa ser enquadrado como parte da grande mídia, é um exemplo de que a programação televisiva pode ser solidária, plural e educativa sem ser monótona. Disponível em cadeia aberta somente em algumas localidades do país, o canal é sintonizado através de uma antena parabólica, por meio da qual se torna acessível assistir diversos programas que vão além do jornalismo convencional, como o *Sala de Notícias* (programa de debate e aprofundamento de assuntos do momento) e o *Jornal Futura* (telejornal que destaca projetos e ações voltadas para questões sociais, além de cultura, educação, meio ambiente, trabalho e cidadania).

É possível e viável que Complexidade e Jornalismo encontrem pontos de intersecção em retas que parecem paralelas. No entanto, para que isso aconteça de forma profunda e democrática, além de não se perder a esperança, é necessário que se empreenda um amplo questionamento sobre temas como o atual modelo de educação, a conformação dos grupos midiáticos, que estão em grande parte nas mãos de políticos, o que envolve discutir a própria composição da democracia no Brasil e como esta está

---

([www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br)), extensão da versão impressa com circulação nacional que busca fazer uma análise dos fatos, enfatizando a necessidade de mudanças sociais no Brasil; além da Ecoagência Solidária de Notícias Ambientais ([www.ecoagencia.com.br](http://www.ecoagencia.com.br)), que busca a democratização da informação ambiental e a conscientização ecológica da sociedade; dentre tantos outros.

<sup>25</sup> Exibido na emissora Band, o formato tem gerado ferrenhos debates teóricos entorno do fato de ser ou não um programa jornalístico. Independente das posições em jogo, o CQC brasileiro é resultado da compra dos direitos de realização do CQC argentino (Caiga quien caiga), ao ar há 15 anos em seu país de criação. Misturando humor, entretenimento e jornalismo, o programa busca fazer um resumo das notícias da semana com uma pitada extra de ironia e sarcasmo ([www.band.com.br/cqc](http://www.band.com.br/cqc)).

relacionada às desigualdades sociais que se encontram em cada esquina. Como disse Medina (1990), manter acesa a capacidade de sonhar é preciso para se colocar em prática as mudanças necessárias para que um pensamento menos mutilador entre em cena e abra as portas para uma *reforma do pensamento* (MORIN, 2004) que, frente aos desafios que tem diante de si, opere também uma reforma paradigmática que viabilize uma reorganização do conhecimento, o qual comporta, simultaneamente, separação e ligação, síntese e análise.

Assim, funções sociais como comunicar e comungar, e não só informar, são necessidades que se apresentam ao jornalismo, tendo em vista que este está imerso em uma sociedade cada vez mais multidimensional e globalizada. Somente enfatizar uma suposta neutralidade e utilizar o modelo *quem, quando, como, onde e por que* não mais responde à necessidade de criação de sentido em meio ao turbilhão informacional possibilitado pela velocidade das novas tecnologias. A união entre Complexidade e Jornalismo é um caminho possível para que essa rede de conhecimento restabeleça seus laços e interconexões com o passado, o presente e o futuro, com o sujeito e o objeto, com as partes e o todo, enfim, com o viver e o morrer de cada dia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



*Assistimos ao surgimento de uma ciência que não mais se limita a situações simplificadas, idealizadas, mas nos põe diante da complexidade do mundo real, uma ciência que permite que se viva a criatividade humana como a expressão singular de um traço fundamental comum a todos os níveis da natureza.*

Ilya Prigogine

Ainda que a ciência muitas vezes se pronuncie enquanto neutra e como a fonte propulsora do progresso humano, é necessário que realizemos questionamentos profundos acerca da produção do conhecimento. Na passagem da uma ciência teórica e qualitativa, como a Antiga, à ciência Moderna, tecnológica, quantitativa e com a ideia de intervir objetivamente na natureza, o conhecer passou a envolver o ato de apropriar, controlar e dominar como um exercício do poderio humano. Assim, com o desenvolvimento incipiente do modelo capitalista, prevaleceu ao longo do tempo a noção de que para acumular capital se deve ampliar a capacidade de trabalho humano e explorar o meio ambiente, ou seja, a nova ciência nasce inseparável da técnica. Para que essa dominação seja mais eficiente, não é de se estranhar a separação entre sujeito, um manipulador ‘imparcial’, e objeto, entendido enquanto algo palpável e esgotável por meio da razão.

Como propõe Morin (2004), os desenvolvimentos disciplinares das ciências trouxeram, além das vantagens da divisão de trabalho, os inconvenientes da

superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber, produzindo simultaneamente conhecimento e elucidação, ignorância e cegueira. Por isso é importante problematizarmos a própria epistemologia da ciência para que não caiamos na armadilha do racionalismo pois, segundo Kuhn (1989), paradigmas científicos são aceitos ou rejeitados a partir dos interesses e crenças que prevalecem entre os cientistas de uma determinada época. Atualmente, termos como objetividade e verdade já não fazem mais parte do vocabulário de alguns setores, em diversas disciplinas. Na área das ciências exatas, a Física, por exemplo, desde o pensamento sistêmico avança em direção à misteriosa e controversa Teoria das Cordas, que tenta explicar os componentes fundamentais de tudo o que existe no Universo – por isso ela é conhecida como Teoria de Tudo (TOE, Theory of Everything) – a partir da união entre a Teoria da Relatividade e a Teoria Quântica, apresentando uma possível solução do problema da gravitação quântica e, adicionalmente à gravitação, podendo descrever as interações similares ao eletromagnetismo e outras forças da natureza. Se aceita, as implicações dessa teoria serão vastíssimas e teremos não mais quatro dimensões, mas onze.

Entretanto, nas áreas que compreendem as disciplinas das Humanidades, ainda que já existam sinais de arejamento<sup>26</sup>, o velho paradigma positivista continua a se perpetuar na busca por alguma prova empírica que possa garantir que tal fenômeno social corresponda aos procedimentos e categorias apontados, assim como o ato de calcular que a soma de que dois mais dois é igual a quatro. A Comunicação, então, parece estar em uma situação crítica já que, sendo um campo de estudo eminentemente multidisciplinar desde sua origem, parece não se dar conta de que muitas vezes assume uma postura de rivalidade interna entre linhas de pesquisa e áreas do conhecimento que estão completamente imbricadas. Obviamente que não se deve cair em um relativismo fácil e aceitar tudo e qualquer coisa, mas se fechar em muros epistemológicos não trará aos estudos a profundidade contextual e a amplitude de variáveis que estão em jogo quando se pesquisa de forma complexa um determinado tema.

---

<sup>26</sup> Espaços como a *Comunidad de Pensamiento Complejo* ([www.pensamientocomplejo.com.ar](http://www.pensamientocomplejo.com.ar)), o *Centre Edgar-Morin* ([www.iiac.cnrs.fr/cetsah/index.html](http://www.iiac.cnrs.fr/cetsah/index.html)) e o Grupo de Estudos da Complexidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ([www.ufrn.br/grecom](http://www.ufrn.br/grecom)) são alguns dos diversos âmbitos de discussão sobre temas como complexidade e transdisciplinaridade.

Talvez essa cosmovisão que separa sujeito e objeto ainda predomine não só por uma questão de crença, assimilação e/ou identificação, mas também por comodismo do pesquisador, tendo em vista que pode ser mais confortável desconsiderar a existência de certas variáveis que se apresentam durante o trajeto da pesquisa. Obviamente, não temos a capacidade de manejar todas as variáveis que encontramos, pois nossa percepção é seletiva, avaliativa, classificatória e significadora. Ainda que as pesquisas mais aos moldes clássicos sejam de grande contribuição em diversos aspectos, se mostra necessário darmos um passo rumo à complexidade, o que não significa a abolição da pesquisa quantitativa ou mesmo a qualitativa que pressupõe uma relação de neutralidade, mas, quando possível, combinadas a outros métodos que não tragam somente questionários fechados. Esta atitude implica também uma consequência ética na medida em que, além dos aspectos metodológicos, busca deixar clara a posição ou ponto de partida do pesquisador. Não se deve ter o receio de se envolver com o assunto pesquisado quando se expõe esse envolvimento e as variáveis que estão sendo consideradas ou ignoradas em razão disso.

Assim sendo, métodos rígidos e etapas fixas não combinam com a complexidade e a incerteza do cotidiano. Para sermos coerentes e sensíveis a essa imensa rede de acontecimentos que buscamos investigar, adotar uma metodologia aberta é um passo importante pois, dessa forma, o cientista pode comparar teorias e métodos a fim de não simplesmente encaixar, muitas vezes forçosamente, um corpus a uma metodologia pré-formulada e que passa longe das necessidades deste. A própria origem da palavra método significa caminhada (MORIN, 2005), ou seja, precisamos caminhar sem um caminho, fazendo-o enquanto se caminha e integrando neste percurso a liberdade de criação artística do pesquisador para que se possa observar e contemplar a singularidade de cada corpus.

Em meio a crises de crescimento e degenerescência na produção de conhecimento científico, conforme assinalado por Santos (1989), acredito que vivamos hoje uma crise de segundo tipo, a qual não se estende somente à Comunicação e ao conhecimento científico, mas também à conformação do próprio modelo cultural, social, político e econômico em que vivemos, ou seja, enfrentamos uma crise sistêmica que põe em questão aspectos como o modo de organização, auto-organização e eco-organização do indivíduo, da espécie e da sociedade humana.

Como tratado no capítulo introdutório, frente a um homem fragmentado, que tem como paradigma vigente a supervalorização da razão, dos conceitos, da análise, do conteúdo e do intelecto, aspectos como o afetivo, irracional, relacional, formal, (i/a)moral e espiritual são subjugados a uma razão que desemboca em uma racionalização. Esta ênfase está marcadamente sintetizada no enunciado de Descartes “Penso, logo existo”, o qual impulsionou os indivíduos na busca pelo desenvolvimento de uma mente racional, mas não do organismo como um todo, tendo em vista que, concordando com a posição de Capra (2004)<sup>27</sup>, na medida em que nos retiramos para nossas mentes, esquecemos como pensar com nossos corpos e como usá-los como agentes de conhecimento, desligando-nos também do nosso meio ambiente natural e da relação de comunhão que estabelecemos com a rica variedade de organismos vivos existente:

Nosso progresso, portanto, foi uma questão predominantemente racional e intelectual, e essa evolução unilateral atingiu agora um estágio alarmante, uma situação tão paradoxal que beira a insanidade. Podemos controlar os pousos suaves de aeronaves em planetas distantes, mas somos incapazes de controlar a fumaça poluente expelida por nossos automóveis e nossas fábricas. Propomos a instalação de comunidades utópicas em gigantescas colônias espaciais, mas não podemos administrar nossas cidades. O mundo dos negócios faz-nos acreditar que o fato de gigantescas indústrias produzirem alimentos especiais para cachorros e cosméticos é um sinal de nosso elevado padrão de vida, enquanto os economistas tentam dizer-nos que não dispomos de recursos para enfrentar os custos de uma adequada assistência à saúde, os gastos com educação ou transportes públicos (CAPRA, 2004, p. 39).

Romper com esta unidirecionalidade do progresso é algo tremendamente trabalhoso e delicado. Por isso se faz tão premente a ressignificação de nossa crença na infinitude dos recursos naturais a fim de que possamos utilizá-los de modo sustentável, produzindo cadeias que, desde a concepção, produção e consumo, possam ser

---

<sup>27</sup> São contrariadas aqui as práticas gerais de trabalhos acadêmicos, as quais não recomendam a utilização de citações diretas ou indiretas em considerações finais. Contudo, tendo em vista que as passagens citadas a seguir resgatam muito do que foi abordado ao longo da monografia e estão de acordo com minha mundivisão, utilizo-me do processo de saqueamento e anarquismo metodológico proposto por Feyerabend (2007) para inserir estes excertos que são de grande importância e sentido ao conjunto do texto.

metabolizadas pelo núcleo social que as viabiliza. Nesse sentido, conceitos como economias de baixo carbono, reciclagem e consumo consciente estão diretamente relacionados a um novo paradigma de desenvolvimento, menos unilateral e mais complexo. Logicamente, para que isso aconteça, temos pela frente um longo e talvez interminável processo, tendo em vista que atitudes e comportamentos pró-ambientais estão relacionados a questões como a redistribuição da renda e dos recursos do mundo, a reformulação da concepção de educação<sup>28</sup>, entendendo esta não somente de forma enciclopédica e conteudista, e a reorganização da informação disponível nas redes de comunicação. Tudo isso implica, como propôs Capra no capítulo anterior, uma nova ética que nos sirva como guia.

Desse modo, o papel dos meios de comunicação nesse novo cenário que aos poucos vai se desenhando é de extrema importância na medida em que os conteúdos midiáticos impactam, ainda que não de forma absoluta, a formulação de significados cotidianos acerca de diversos assuntos. Vimos que, inicialmente, a imprensa no Brasil tinha um caráter mais opinativo e literário, com uma produção ainda artesanal e não profissionalizada. Interconectada aos acontecimentos mundo afora, que tinha como palavra de força a industrialização, a imprensa brasileira passa, paulatinamente, por uma etapa de empresariamento, consolidando o jornalismo enquanto negócio a partir da década de 1960. Assim, mudanças nas redações foram inevitáveis: o jornal deixa de ser opinativo e busca ampliar seu público tornando-se menos ‘parcial’. Para isso, modelos estrangeiros, como o estadunidense do *lead* e da pirâmide invertida, são importados a fim de tornar as notícias mais ‘objetivas’ e menos aprofundadas. Esse padrão sinalizava a consolidação do paradigma da objetividade, principalmente no hemisfério ocidental. A publicidade, que antes era vista com receio, tem espaço garantido nessa nova imprensa que utiliza essa estratégia como forma de sobrevivência econômica. Dessa maneira, entramos na era da convergência de mídias e da velocidade da Internet, as quais

---

<sup>28</sup> A reforma de nosso sistema educacional seria um bom e urgente, começo. É preciso conceber a sala de aula, tanto em escolas quanto em universidade, não só como um espaço onde se passam conteúdos, mas também onde se vivenciam experiências ontológicas e filosóficas, se questionam versões oficiais e se exercita a “inter-poli-transdisciplinaridade” (MORIN, 2004). É importante reservar um espaço para discutir, também, o sentido de cidadania e a nossa inserção local e global enquanto indivíduos, sociedade e espécie a fim de que as matérias não sejam ilhas isoladas em meio ao currículo.

propiciam uma incalculável possibilidade de trocas de conteúdo, o que torna ainda mais relevante o questionamento acerca das redes de sentido que estão se conformando, principalmente quando se fala em jornalismo.

Parece incongruente que, em meio à excitação do porvir e das novas tecnologias, ainda utilizemos modelos jornalísticos que se consolidem em conceitos como objetividade, imparcialidade e verdade. Contudo, esta é uma incongruência apenas à primeira vista na medida em que o desenvolvimento técnico-econômico muitas vezes se descola de aspectos sociais e éticos, necessários para que possamos direcionar todas essas inovações. Será que estamos impregnados com o paradigma cartesiano e positivista? O jornalismo brasileiro da grande imprensa, na sua ânsia de abarcar o presente, reiteradamente se serve desse padrão atrofiado de publicação e transmissão de notícias sobre acontecimentos cotidianos e, assim como a ciência, o fazer jornalístico insiste na separação entre sujeito e objeto. A questão da segurança é um dos exemplos dessa fragmentação na medida em que é comum, nos veículos de comunicação, matérias e reportagens sobre crimes e atos violentos, porém com a ênfase nos poucos investimentos em segurança pública e policiamento, muitas vezes desconsiderando aspectos como investimentos sociais em habitação, emprego, saúde e educação de qualidade como fatores importantes para a contenção da criminalidade. Segundo Capra (2004), o atual desequilíbrio cultural está relacionado com a aceitação do ponto de vista cartesiano como verdade absoluta e de seu método como única forma válida de se chegar ao conhecimento:

Muitas pessoas em nossa sociedade, tanto cientistas como não-cientistas, estão convencidas de que o método científico é o único válido de compreensão do universo. O método de pensamento de Descartes e sua concepção da natureza influenciaram todos os ramos da ciência moderna e podem ser ainda hoje muito úteis. Mas só o serão se suas limitações forem reconhecidas (CAPRA, 2004, p. 53).

Assim, espelhando-se nas práticas das ciências naturais que surgiram no século XVII, o jornalismo buscou sua credibilidade em uma espécie de versão jornalística da metodologia da ciência moderna. Desse modo, é importante que a mídia, e especialmente o jornalismo, trabalhem para que a objetividade não seja sacralizada enquanto 'o' método a fim de não perpetuar este atrofiamento racionalista do progresso



e do ser humano. A subjetividade, a afetividade, a espontaneidade e a sensibilidade também têm muito a acrescentar à prática da profissão e, por isso, não devem ser consideradas como fontes de contaminação da ‘verdade’, mas sim como possibilidades de intersecções entre criatividade, honestidade e complexidade. Olhar também para aspectos que saiam dos pontos comuns é um exercício relacional no qual se trabalha tanto a especificidade quanto a transversalidade de conhecimentos. Precisamos promover redes de comunicação, comunhão e sentido, e não somente informação e passagem de dados. Dessa forma, um fazer jornalístico que aceite e promova essas diversas esferas de nossa condição humana é possível, o que falta é a coragem para romper com modelos consolidados. Os casos de inovação, citados nos capítulos 4 e 5, são alguns exemplos de que projetos como estes são acolhidos pelo público e têm espaço para circulação. Além destes, programas como *Provocações*<sup>29</sup> e *Ecoprático*<sup>30</sup>, exibidos na TV Cultura, *Canal Livre*<sup>31</sup>, na Band, e a publicação mensal *Le Monde Diplomatique Brasil*<sup>32</sup> são alguns outros exemplos de novas possibilidades na imprensa brasileira, ainda que continue existindo um longo caminho a percorrer.

---

<sup>29</sup> Há dez anos no ar, *Provocações* é um programa que foge aos rótulos convencionais. Dirigido por Antonio Abujamra e Gregório Bacic, o programa traz um pouco de tudo que envolve mundo, Brasil, pessoas, mídia e atualidade. Aliando conteúdo e estética em sua composição, Bacic lembra que “sempre existem na vida muitos outros espaços e cenários possíveis. Somos contra os discursos únicos e completamente a favor das diversidades” ([www.tvcultura.com.br/provocacoes](http://www.tvcultura.com.br/provocacoes)).

<sup>30</sup> *Ecoprático* é o primeiro reality-show da TV Cultura. O programa tem com fundamento a promoção de práticas sustentáveis de forma leve e descontraída. Para tal, a cada programa, uma casa/família é escolhida para uma reciclagem de hábitos. O programa proporciona mudanças físicas e comportamentais nos participantes que são realizadas de forma sutil, quebrando o estereótipo de que ser ecologicamente correto é deveras trabalhoso ([www.ecopratico.com.br/index.php](http://www.ecopratico.com.br/index.php)).

<sup>31</sup> Criado em 1980, no período de transição da ditadura militar à abertura democrática, *Canal Livre* é um programa de entrevistas exibido nas noites de domingo. Trazendo convidados de relevância em temas políticos, econômicos e culturais, geralmente o programa busca realizar uma abordagem crítica dos temas tratados pelos entrevistados, ainda que às vezes se deixe levar por interesses corporativos ([www.band.com.br/canallivre](http://www.band.com.br/canallivre)).

<sup>32</sup> Desde 1954, a publicação originalmente francesa se expandiu e hoje tem 71 edições internacionais produzidas em 25 línguas. No Brasil, a revista está presente na Internet a partir de 1999, sendo também impressa desde 2007. A publicação se propõe como apartidária, pluralista e democrática, buscando ocupar os espaços vagos deixados pelo jornalismo brasileiro. O periódico não se dedica à cobertura dos fatos correntes, mas sim dos cenários maiores que conferem sentido e inteligibilidade ao factual ([diplomatique.uol.com.br](http://diplomatique.uol.com.br)).

As perguntas a serem feitas são: quando vamos nos deixar contaminar não só pela certeza, mas também pela incerteza que há tanto tempo nos ronda? Se até as ciências exatas já deram este salto (ainda que muitos ainda o neguem), por que nós, das ciências sociais aplicadas, ainda não permitimos admitir nossa incapacidade e parcialidade frente à imensidão do universo e do cotidiano? Por que não conseguimos combinar o que chamamos de ‘objetivo’ à nossa subjetividade? Talvez, estejamos sendo engolidos pelo próprio monstro que criamos: a cosmovisão ocidental.

Por esta razão, é importante questionarmos o legado cultural que estamos construindo para que possamos tirar dele o que há de melhor e lapidar o que ainda nos prende a concepções fragmentadas e dominadoras. Precisamos compreender a imbricação existente entre Oriente e Ocidente, conteúdo e forma, físico e metafísico pois, como propõe Morin (2004), o *Homo sapiens* é também *Homo demens*, *Homo faber*, *Homo ludens*, *Homo economicus*, *Homo mythologicus*, *Homo prosaicus* e *Homo poeticus*. Articular essa diversidade de aspectos que nos compõem é um exercício de aceitação e de solidariedade coletiva na medida em que trabalha de forma contextual o sentido de comunhão enquanto destino planetário. Conforme o princípio do ciclo retroativo, somos causa e consequência, produtores e produto de nossa realidade, e vislumbrar a realidade sob essa nova constelação nos ajuda a não dar continuidade a modelos que promovam a separação e não incluam o outro enquanto parte constituinte de si. Esta responsabilidade, que nos cabe enquanto cidadãos, é ainda mais premente quando se fala em jornalismo e imprensa em geral. Uma prática que saiba integrar o complexo e o específico, o local e o global deve ser a trilha para uma concepção mais ecológica e contextual, menos unilateral e fragmentada.

Ao longo desse trabalho, busquei relacionar a constituição da ciência e do jornalismo como uma forma de entender nossa fragmentação enquanto seres que fazem prevalecer o aspecto razão frente a tantos outros. Assim, para falar do tema central de minha monografia – o jornalismo brasileiro da grande imprensa –, procurei não isolá-lo do contexto que o cerca e das possibilidades que se apresentam. Dessa forma, fragmentação e complexidade são palavras-chave que buscam relatar, ao mesmo tempo, um pouco de minha angústia e de minha esperança. Certamente, alguns tópicos podem e merecem ser mais aprofundados. Reconheço minha limitação, tanto de experiência quanto intelectual e temporal. Acredito que, para futuras pesquisas, abordagens sobre

possibilidades de abertura metodológica – como tem mostrado o método cartográfico –, a incorporação do conceito de complexidade na epistemologia do Jornalismo e a apropriação daquele por autores latino-americanos sejam caminhos abertos a novas imersões acadêmicas. Assim, espero realmente contribuir para que nem tudo passe despercebido com o intuito de que, em meio à realidade quase ditatorial e automática da prática jornalística, nem sempre sejamos encurralados a nos atermos ao que está dado. Se perdermos nossa capacidade de aspirar a novos horizontes e simplesmente nos adaptarmos a tudo, podemos correr o risco de deixar passar oportunidade de ação, de questionamento, de reflexão, de mudança, de regeneração, enfim, de redescoberta de um sentido mais humano, amplo, profundo e complexo de entender a vida e o próprio jornalismo.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- ATORRESI, Ana. **Los generos periodísticos: antologia**. Buenos Aires: Colihue, 1996.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Jornalismo, Magia, Cotidiano**. Canoas: Ulbra, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo, narrador do entre-saberes da contemporaneidade**. In: **Nós transdisciplinamos: diálogos nas Ciências da Comunicação** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007. p. 9-13.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CONTRERA, Malena Segura. **Do lado de fora do jardim encantado: comunicação e desencantamento do mundo**. In: E-compós. Brasília, v. 12, n. 3, set/dez. 2009.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de Filosofia: Ser, saber e fazer**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MUNIZ, Cristiano dos Santos. **Jornalismo ambiental: conceitos e especificidades**. 2009. 77 f. Monografia – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.
- DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas; introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gerard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- FADIGNAN, J. & FRAGER, R. Carl Rogers e a Perspectiva Centrada no Cliente. In: **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Harbra 1983. p. 222 - 259.
- FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. 2005. 349f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Iuri Barbosa. Mediações experimentais entre comunicação e artes. In: **IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, 2008, Dourados. Anais do Comunicação IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. Jornalismo em Quadrinhos: território de linguagens. In: **VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região**, 2009, Porto Velho. Anais VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região, 2009.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade** – Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o Livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1993.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1999.

MACHADO, Juremir; MORIN, Edgar. **As duas globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MEDINA, Cremilda de Araujo. **Entrevista: o diálogo possível**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. **Saber plural: o discurso fragmentalista da ciência e a crise de paradigmas**. São Paulo: Escola Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e a epistemologia da complexidade**. In: Comunicação & política. Rio de Janeiro Vol. 9, n. 11 (abr./jun. 1990), p. 85-93.

\_\_\_\_\_. **Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. A entrevista nas Ciências Sociais, na rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham A. et alii. **Linguagem da cultura de massa**. Petrópolis: Vozes, 1973. p.115 - 135.

\_\_\_\_\_. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Candido (org.). **Representação e Complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-78.

\_\_\_\_\_. **O Método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva; PASSOS, Mateus Yuri. Joe Sacco: Jornalismo Literário em quadrinhos. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2006, Brasília. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4 ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SOUZA JÚNIOR, Juscelino Neco. A linguagem dos quadrinhos e o jornalismo. In: **INTERCOM SUL**, 2009, Blumenau/SC. Anais X Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, 2009.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 51-61.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"** /. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

## Documentos da Internet

Brasil de Fato. Disponível em: <[www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br)>. Data de acesso: 02 de maio de 2010.

Canal Futura. Disponível em: <[www.futura.org.br](http://www.futura.org.br)>. Data de acesso: 28 de maio de 2010.

Canal Livre. Disponível em: <[www.band.com.br/canallivre](http://www.band.com.br/canallivre)>. Data de acesso: 05 de junho de 2010.

Centre Edgar-Morin. Disponível em: <[www.iiac.cnrs.fr/cetsah//index.html](http://www.iiac.cnrs.fr/cetsah//index.html)>. Data de acesso: 29 de maio de 2010.

Comunidad de Pensamiento Complejo. Disponível em: <[www.pensamientocomplejo.com.ar](http://www.pensamientocomplejo.com.ar)>. Data de acesso: 29 de maio de 2010.

Correio da Cidadania. Disponível em: <[www.correiodacidade.com.br](http://www.correiodacidade.com.br)>. Data de acesso: 02 de maio de 2010.

CQC Brasil. Disponível em: <[www.band.com.br/cqc](http://www.band.com.br/cqc)>. Data de acesso: 28 de maio de 2010.

Ecoagência Disponível em: <[www.ecoagencia.com.br](http://www.ecoagencia.com.br)>. Data de acesso: 02 de maio de 2010.

Ecoprático. Disponível em: <[www.ecopratico.com.br/index.php](http://www.ecopratico.com.br/index.php)>. Data de acesso: 05 de junho de 2010.

Grupo de Estudos da Complexidade. Disponível em: <[www.ufrn.br/grecom](http://www.ufrn.br/grecom)>. Data de acesso: 29 de maio de 2010.

Jornalismob. Disponível em: <[jornalismob.wordpress.com](http://jornalismob.wordpress.com)>. Data de acesso: 02 de maio de 2010.

Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <[diplomatie.uol.com.br](http://diplomatie.uol.com.br)>. Data de acesso: 05 de junho de 2010.

Provocações. Disponível em: <[www.tvcultura.com.br/provocacoes](http://www.tvcultura.com.br/provocacoes)>. Data de acesso: 05 de junho de 2010.